

**Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna**



**Gonçalo Filipe dos Santos Pereira**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

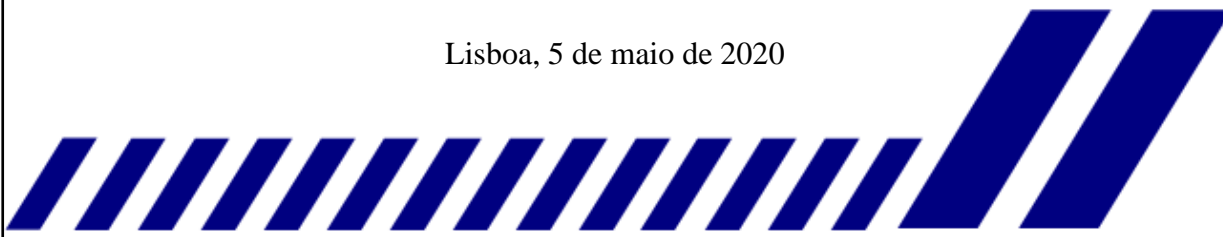
**A CONSTRUÇÃO MEDIÁTICA DA ATUAÇÃO  
POLICIAL EM MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS:**

Análise comparativa da imprensa escrita

Orientador:

**Prof.<sup>a</sup> Doutora Lúcia G. Pais**

Lisboa, 5 de maio de 2020





**Gonçalo Filipe dos Santos**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A construção mediática da atuação policial em  
manifestações políticas: Análise comparativa da  
imprensa escrita**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Lúcia G. Pais.

**Estabelecimento de Ensino:** Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

**Curso:** XXXII CFOP

**Orientadora:** Prof. Doutora Lúcia G. Pais

**Título:** A Construção Mediática da Atuação Policial em Manifestações Políticas: Análise comparativa da imprensa escrita

**Autor:** Gonçalo Filipe dos Santos Pereira

**Local de Edição:** Lisboa

**Data de Edição:** 5 de maio de 2020





*Ao meu pai pelo sonho,  
À minha mãe pelo caminho,  
À minha irmã pela coragem.  
Amo-vos mais que tudo.*

## Agradecimentos

“Citar é ser injusto. Enumerar é esquecer. Não quero esquecer ninguém de quem não me lembre.”

(Pessoa, cit. in Lencastre, 2015)

A concretização deste trabalho, à semelhança dos cinco anos de formação, não teria sido possível sem a ajuda, compreensão e colaboração de determinadas pessoas. Como forma de reconhecimento e agradecimento pelo contributo na conclusão de um dos desafios que determinará a minha vida, irei particularizá-las.

À minha orientadora, Professora Doutora Lúcia Pais, pela paciência e altruísmo que teve em esclarecer as inúmeras dúvidas com as quais a importunei. Obrigado pela coragem que me transmitia em cada conversa. A sua sábia orientação foi crucial para traçar o caminho para a construção da presente dissertação, tendo sido uma honra trabalhar consigo.

Aos comandantes da 20.<sup>a</sup> esquadra e 70.<sup>a</sup> esquadra – subcomissários Tiago Silva e Tiago Costa, pelas mais diversas e ricas oportunidades que me concederam, estruturando, assim, um estágio certamente único na minha vida.

Ao XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia, por sermos um curso reconhecido pela sua união e camaradagem. As melhores amizades e memórias que carrego do Instituto, são graças a vós.

Aos “Interrailianos”, Catarina, Diana, Duarte, Mendonça e Passos, pelas conquistas inesquecíveis que alcançámos por essa Europa fora. Que tenhamos apenas escrito os primeiros capítulos de um longo livro, onde a nossa amizade não conhece “fronteiras”.

Ao Ricardo Silva, por ter sido um verdadeiro irmão mais velho ao longo destes cinco anos. Obrigado pelos milhares de conselhos com os quais me embalaste nas centenas de viagens semanais que fizemos juntos.

Ao Luis Macedo, por ter sido um verdadeiro e exemplar chefe de curso, nunca se negando a ajudar a que nível fosse. Obrigado por me teres acompanhado no último *sprint*.

Aos meus camaradas dos PALOP, em especial aos do meu curso, que se veem longe da família durante cinco anos em prol de um futuro melhor para todos. Obrigado pelas lições de vida.

Ao nobre Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, assim como às pessoas que compõem os seus serviços. Obrigado por me ajudarem a crescer.

À minha irmã, por ser a minha melhor amiga. Irei sempre proteger-te com todas as minhas forças.

Aos meus pais, simplesmente por tudo. Serão sempre poucas as palavras para agradecer todos os sacrifícios que fizeram para que este sonho se concretizasse. À minha mãe, por ser o maior pilar da minha vida, pelo seu amor e por ser a maior guerreira que conheço nesta vida. Ao meu pai, pelo sonho e espírito de missão, mas, muito mais importante, pela educação, valores, amor e carinho.

Aos meus avós e ao meu primo Jorge que carrego no coração e que me protegem a cada dia que passa.

## Resumo

Ao estarmos inseridos numa sociedade eminentemente comunicativa, onde a transmissão e receção de informação ocorre natural e vertiginosamente, esta segunda etapa (receção), pelas condicionantes humanas, raramente se chega a consolidar enquanto real conhecimento. Atualmente, os discursos veiculados pelos Órgãos de Comunicação Social (OCS) representam, muitas vezes, a única fonte de informação imediata. Este cenário é, então, sinónimo da capacidade que os OCS possuem para representar a realidade e, com isso, influenciar a noção das pessoas. Quando trazemos à colação determinados assuntos ou instituições do sistema social, torna-se ainda mais premente estudar e acompanhar os discursos dos *media*. A atual cultura do (i)mediatismo coloca as operações policiais, mormente, as de manutenção e reposição da ordem pública sob um forte controlo social e político. Existindo esse controlo permanente, importa caracterizar e analisar o discurso veiculado pelos OCS acerca da atividade da polícia. Através duma abordagem qualitativa, realizou-se um estudo do conjunto de notícias dos jornais Correio da Manhã, Diário de Notícias e Jornal de Notícias, referentes ao ano de 2019, sobre a atividade policial em manifestações políticas, em Portugal. Os resultados obtidos foram comparados com os de investigações anteriores, no sentido de identificar semelhanças ou diferenças, que possam relacionar-se com a alteração da conjuntura sociopolítica. A partir dos resultados obtidos, podemos afirmar que existe uma tendência para o discurso dos jornais assumir uma configuração predominantemente descritiva, existindo uma tentativa de relatar os eventos tal como aconteceram, afastando-se da emissão de juízos de valor.

**Palavras-chave:** comunicação social; grandes eventos; *mass media*; polícia; policiamento.

## **Abstract**

As we live in a society which is mainly communicative, where information is transmitted in a very natural and vertiginous way, the reception phase is rarely met as real knowledge, mainly due to all of the human factors involved. Nowadays, the media often represent the only available source of immediate information. As a consequence, the media are known to reveal the reality and therefore, they play a major influence on people's minds and opinions. When we confront ourselves with certain issues or institutions of the social system, it becomes even more important to study and follow the media discourse. This culture of the immediate news often puts police operations, mainly the ones of public order maintenance under a fierce social and political scrutiny. So, it's essential to characterize and analyse the media discourse nowadays, especially how they portray police activity. Through a qualitative approach, studies have been made about the news on police activity on political demonstrations in newspapers, such as "Correio da Manhã", "Diário de Notícias" and "Jornal de Notícias" in 2019. The results obtained in comparison with previous investigations, comparing if there were similarities or major differences between them, with the change in the political and social sphere, show us that the main discourse of the media is predominantly descriptive. In other words, there is an attempt to portray the events "as they were", not making any moral judgements.

**Keywords:** *major events; mass media; media; police; policing.*

## Índice

Agradecimentos .....	v
Resumo .....	vii
Abstract.....	viii
Índice de anexos .....	xi
Índice de figuras .....	xii
Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento teórico.....	4
1. Comunicação.....	4
1.1. Comunicação de massas .....	9
1.2. Comunicação social: a Imprensa .....	11
1.3. Jornalismo.....	13
1.4. Notícia .....	18
1.5. Efeitos dos OCS .....	21
2. A Polícia de Segurança Pública .....	24
2.1. A Polícia e a ordem pública.....	24
2.2. A atuação policial em grandes eventos de cariz político.....	25
3. Problema de investigação.....	29
Capítulo II – Método .....	32
1. Abordagem Qualitativa .....	32
2. <i>Corpus</i> .....	33
3. Instrumento: Análise de conteúdo.....	33
4. Procedimento.....	35
Capítulo III – Apresentação e discussão dos resultados .....	38
1. Visão Geral.....	38
2. Fontes da informação .....	40

3. Os eventos .....	45
4. Os participantes nos eventos .....	48
Capítulo IV – Conclusões.....	51
Referências .....	57
Anexos.....	63

## **Índice de anexos**

<b>ANEXO 1.</b> Pedido de autorização para consulta da base de dados CISION .....	64
<b>ANEXO 2.</b> Quadro de distribuição das notícias .....	61
<b>ANEXO 3.</b> Grelha categorial .....	64
<b>ANEXO 4.</b> Tabela de contabilização de u.r. ....	71

## Índice de figuras

<b>Figura 1.</b> Ocorrência percentual de cada categoria .....	39
<b>Figura 2.</b> Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Discurso Indireto.....	40
<b>Figura 3.</b> Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Discurso Direto .....	42
<b>Figura 4.</b> Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Instâncias.....	43
<b>Figura 5.</b> Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Sistema Explicativo.....	45
<b>Figura 6.</b> Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Enquadramento/ Descrição .....	46
<b>Figura 7.</b> Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Manifestantes .....	48
<b>Figura 8.</b> Ocorrência percentual das subcategorias da categoria PSP .....	49

## Introdução

*“A imagem de uma instituição é uma realidade. É o resultado das suas estratégias. Se a imagem for desfavorável, a instituição provavelmente merece a reputação, seja por refletir a verdade ou pela má gestão da sua comunicação.”*

David Bernstein (cit. in Carvalho, 2014, p.17)

O produto de todo o avanço tecnológico e informacional, conexo ao processo de globalização, veio permitir a edificação de sociedades heterogêneas e conectadas em rede, facilitando a circulação de uma grande quantidade de informação, a uma velocidade vertiginosa, tornando o seu fluxo incomportável e incontrolável no que toca à qualidade e fiabilidade (Castells, 2004).

Hoje, a comunicação representa uma função primária e essencial, já que “comunicamos para existir, e não existimos se não o fizermos” (Carvalho, 2014, p. 3). Com efeito, é uma função inata, conscientemente ou não, física ou, cada vez mais, digital, feita através de diferentes meios e plataformas. Fruto dessa premissa *sine qua non* à condição humana, o desenvolvimento das sociedades e, por consequência, dos meios de comunicação de massas, tornaram o processo da comunicação como um dos principais instrumentos influenciador das sociedades (Ribeiro, 2015).

Segundo Caetano e Rasquilha (2004), “comunicar é pôr em comum uma informação” (p.21), processo cada vez mais célere junto de um exponencial número de pessoas. Machado (2012) faz referência aos Órgãos de Comunicação Social (OCS) enquanto pilares basilares da construção e evolução das sociedades, já que os “mesmos informam, transmitem, mesmo que às vezes seja de uma forma distorcida, o que se passa no mundo” (Machado, 2012, p. 41), tornando-os num dos mais poderosos meios de persuasão das massas.

A perceção dos OCS, no que aos discursos veiculados acerca da atividade policial diz respeito, representa uma preocupação contemporânea, já que estes discursos funcionam como mapas de significado que promovem a construção de opiniões (Pais, Felgueiras, Rodrigues, Santos, & Varela 2015).

Na verdade, muito do contacto que as pessoas têm com determinados assuntos resulta da difusão do manancial informativo gerado pelos OCS, e o relativo à atuação policial, particularmente em grandes eventos políticos, não é exceção (Pais et al., 2015).

A presente investigação escolhe como alvo desta mediatização a polícia, já que esta se constitui como uma “instituição estratégica no sistema social” (Pais et al., 2015, p. 498), uma vez que assume o papel de força coativa e coerciva que tem por funções “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos” (Art.º 272º da Constituição da República Portuguesa).

O presente trabalho inscreve-se no conjunto das Linhas de Investigação do Laboratório de Grandes Eventos, do Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), especificamente na intitulada: Grandes eventos de cariz político - A perceção da comunicação social acerca da atividade policial. O propósito, no caso presente, é o de estudar o discurso da imprensa escrita acerca da atividade policial no contexto do policiamento de grandes eventos políticos que ocorreram em 2019, para que seja possível descrevê-lo quanto aos esquemas interpretativos que podem ter influência sobre a perceção das pessoas sobre a ação policial. É, ainda, intenção deste trabalho identificar possíveis semelhanças e diferenças geradas pela alteração da conjuntura política, fazendo a contrastação dos resultados obtidos com os de investigações anteriores.

Para o efeito, por meio de uma abordagem qualitativa, realizámos um estudo do conjunto de notícias dos jornais Correio da Manhã (CM), Diário de Notícias (DN) e Jornal de Notícias (JN), referentes ao ano de 2019.

Não obstante o vasto espectro de atuação da polícia para garantir a ordem e tranquilidade públicas, bem como a defesa dos direitos, liberdades e garantias, este trabalho dará enfoque aos policiamentos de grandes eventos políticos. Esta tipologia de policiamentos é extremamente pertinente de ser estudada, uma vez que envolve o gozo de um dos direitos constitucionalmente previstos mais importantes da Democracia: o direito de reunião e manifestação (Artigo 45º da Constituição da República Portuguesa e Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de agosto). Estes eventos são caracterizados pela aglomeração e reunião de inúmeras pessoas com o objetivo de reivindicar direitos ou protestar decisões, revelando-se, por vezes, perigosos do ponto de vista da ordem pública e, igualmente, bastante mediáticos. Assim sendo, nestes casos é, no mínimo, expectável a presença da polícia e, no máximo, que possa ocorrer um efetivo uso da força coerciva por parte da polícia (Ribeiro, 2015).

Os “grandes eventos políticos [são] acontecimentos de obrigatória e intensa atenção dos órgãos de comunicação social” (Pais et al., 2015, p.510), pelo que a atividade rotineira é ofuscada pelo mediatismo de possíveis manutenções ou reposições da ordem pública.

Nos dias que correm, a Polícia de Segurança Pública (PSP) desempenha um papel regulador diário da sociedade e é alvo dos *media* graças a esse aspeto. Assim, é nossa intenção compreender como os conteúdos produzidos pelos jornais podem participar na criação de uma consciencialização social sobre esta instituição em específico, porque se é possível configurar a opinião pública sobre determinados temas, também o é sobre determinadas instituições do sistema social (Pais et al., 2015).

Esta investigação encontra-se organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo sustenta-se todo o trabalho por meio do enquadramento teórico, onde são explanados conceitos fundamentais, bem como as teorias norteadoras desta temática. Numa lógica de enquadramento, esta concetualização e exploração dos conceitos permite aferir o estado da arte e, ainda, suportar a escolha do tema. Ainda antes da exposição do problema de investigação, discorreremos sobre a PSP, não só ao nível da sua atuação em grandes eventos de cariz político, mas também destacando a sua missão e atribuições e, ainda, a relação com os *media*.

No que ao segundo capítulo diz respeito, e numa lógica empírica, descreve-se o método empregue para a realização do estudo: o *corpus* e os instrumentos de recolha e tratamento dos dados.

No terceiro capítulo apresenta-se os resultados obtidos que nos permitiram retirar as inferências dos dados.

Por fim, é no quarto capítulo que constam as conclusões e considerações finais do trabalho, referindo-se as limitações encontradas e apresentando pistas para eventuais investigações futuras.

## Capítulo I – Enquadramento teórico

### 1. Comunicação

É comumente aceite que o Homem é um ser sociocultural, isto é, que vive na e para a sociedade, assimilando a cultura que a caracteriza e onde está inserido (Moreira, Araújo, & Sousa, 2017). Como refere Lampreia (1999, p.21), “o Homem, como animal social que é, precisa de comunicar com o mundo que o rodeia e, de uma forma especial, com os seus semelhantes”.

Caetano e Rasquilha (2004) dão-nos efetivamente conta disso, alicerçando-se na história para comprovar que, desde os tempos mais remotos, o Homem procura a companhia dos seus pares para, em grupo e através de diversas formas de relacionamento, garantir o domínio sobre a natureza e assegurar a sobrevivência. Todo esse processo comunicacional é, assim, “suporte da vida em sociedade” (Lampreia, 1999, p.22), mediado pelos sentidos, funcionando como “uma porta aberta para a percepção do que se passa à nossa volta” (Lampreia, 1999, p.21).

Inclusive ao nível da organização de um Estado, Schneider (cit. in Lampreia, 1999) percebe a comunicação enquanto pilar basilar de um Estado moderno, democrático ou não, porque “governar é comunicar” (p. 109). Assim, qualquer organização que não dedique grande parte das suas atenções à comunicação, “tem muito poucas possibilidades de singrar” (Lampreia, 1999, p.109).

Desta forma, compreender este fenómeno, que sustenta a evolução da humanidade, implica bem mais que um simples enquadramento conceptual, e até esse é passível de ser abordado a partir dos mais diversos prismas (Branco, 2013). Este processo de compreensão exige, naturalmente, um levantamento dos diferentes conceitos a ele associados e um recuo no tempo, por forma a compreender o seu desenvolvimento.

O conceito de comunicação foi, ao longo dos anos, registando uma crescente precisão. Se no tempo do filósofo Edmund Burke (cit. in Santos, 2001) se entendia a comunicação enquanto processo técnico, atualmente esse conceito evoluiu, prendendo-se com o “transporte de ideias e emoções expressas através de um código” (Santos, 2001, p.12). Genericamente, “comunicar significa transmitir sentidos, causais ou intencionais, de um ponto para o outro” (Santos, 2001, p.12).

Assim, sendo o homem um ser iminentemente social, impõe-se uma vida em grupo e uma aprendizagem e partilha de códigos que, oficiosamente, regulamentam o funcionamento

da mesma em comunidade (Branco, 2013). A codificação surge, assim, com o objetivo de atribuir significado comum a uma ideia, reduzindo-a a termos compreensíveis antes de a transmitir (Lampreia, 1999).

A “operação mais delicada de codificar uma ideia” (Lampreia, 1999, p. 25) traduz-se em normas, ideologias, técnicas, valores, dotando o homem de um código cultural que lhe molda o comportamento (Caetano & Rasquilha, 2004). Numa abordagem histórico social da comunicação, a mesma desempenha um papel fulcral, já que apreendemos e aprendemos as regras e a cultura das sociedades, obtemos determinada informação ou nos expressamos (Caetano & Rasquilha, 2004). Podemos então assumir que a gênese da própria cultura é sustentada pelo processo da comunicação, porque só assim são difundidos costumes, técnicas, ideologias, crenças e regras.

Do ponto de vista da transmissão intencional de sentidos, é difícil localizar a origem da comunicação, sabendo-se apenas que o ato de comunicar, durante milénios, se cingiu à emissão de sinais sonoros, visuais e sensoriais emitidos pelo corpo humano (Santos, 2001). Reconhece-se, assim, que os primeiros atos comunicativos se basearam em gestos e expressões, naturalmente, substituídos pela língua. Neste sentido, “comunicar é significar” (Santos, 2001 p.13), independentemente do meio.

Efetivamente, o progresso das sociedades esteve dependente do aparecimento e desenvolvimento da linguagem, enquanto conjunto de símbolos veiculadores de informações, para as gerações futuras, bem como entre elementos de grupos sociais (Santos, Alves, & Serra, 2011). Para além de viabilizar a troca/ comunicação de ideias, Landau (cit. in Monteiro, Marques, Lourenço, & Caetano, 2006, p. 27) revela a linguagem enquanto “ferramenta para o mundo existir”, constituindo-se como a “pedra basilar da comunicação humana” (Santos, 2001, p. 10).

Aristóteles começou por estipular que para existir comunicação bastava atender a três elementos: “a pessoa que falava, o discurso que pronunciava e a pessoa que o escutava” (Lampreia, 1999, p.21). Nos dias que correm, fruto da investigação já desenvolvida sobre a comunicação, nomeadamente por McLuhan, Berelson, Lazarfeld, Schramm, Berlo e Lasswell (cit. in Lampreia, 1999), a teoria de Aristóteles revela-se incompleta pela inobservância de outros elementos integrantes da engrenagem da comunicação, como a partilha de um código comum ou a necessidade de existência de um meio/ suporte de transmissão.

Numa primeira observação, compreende-se, assim, o esclarecimento da noção de comunicação que, revestindo significados polissémicos e prescrevendo amplas utilizações (qualquer relação de sociabilidade criada por ação ou interação de fenómenos do conhecimento ou da emoção), permite distinguir diversos graus ou níveis (Rodrigues, 1999).

De um modo geral, a comunicação designa todo e qualquer processo de transmissão, bilateral, de uma dada informação. É a faculdade de tornar comum determinada informação, própria ou de terceiros. Transmitem-se, desta forma, mensagens, estabelecendo-se uma relação em que os pensamentos, atos, intenções e sentimentos de um emissor influenciam, estimulam e desencadeiam respostas no(s) destinatário(s).

Colin Cherry (cit. in Caetano & Rasquilha, 2004) apresenta-a enquanto um “compartilhar de elementos de comportamento ou modos de vida, pela existência de um conjunto de regras” (p.20). A tónica é a de todos dependermos de todos “na tarefa da sobrevivência” (Caetano & Rasquilha, 2004, p. 21).

Etimologicamente, o termo em apreço deriva do latim *communicatio*, que, segundo Monteiro *et al.* (2006, p.20), “pode ser entendido como um produto do encontro social”. Decompondo o termo, *co* diz respeito à ideia de reunião; *munis*, a uma função ou tarefa; e *tio* a uma atividade. Assim, segundo Monteiro *et al.* (2006, p 19) esta “atividade realizada conjuntamente” exige pelo menos um emissor e um recetor, materializando-se numa relação interpessoal, a diversos níveis.

Rodrigues (2011) ainda associa este termo com a palavra *communitas*, utilizada na Roma antiga como reflexo da democracia e dos direitos e deveres que tutelavam os romanos que participavam na vida comunitária. Na Idade Média, a palavra *communicatio* dizia respeito, representava um termo do Direito Canónico, concretizando-se no direito de participação nos ofícios religiosos (Machado, 2012).

As primeiras redes de comunicação foram estabelecidas com objetivos políticos, económicos e religiosos na época do Império Romano e, só no século XIX, é que as redes de comunicação foram organizadas à escala global devido “ao desenvolvimento das novas tecnologias destinadas a dissociar a comunicação do transporte físico de mensagens” (Thompson, 1995, p.137).

O fenómeno da comunicação é, então, sinónimo da evolução do Homem e, por consequência, da Sociedade onde vive, constituindo um dos campos sociais para a construção do indivíduo enquanto sujeito social (Ribeiro, 2015). Estabelece-se, então, uma

proporcionalidade direta entre a sã convivência humana e o uso adequado e pleno da panóplia de tipologias de comunicação (Branco, 2013).

Rodrigues (1999) ensina-nos que, segundo esta aceção, haverá que distinguir entre comunicação, informação e persuasão, dimensões que se encontram, inexoravelmente, associadas. Comunicar não se esgota no ato de informar, mas também na forma de convencer e seduzir (Monteiro et al., 2008).

Como já constatámos, em sentido estrito, a comunicação traz, desde logo, à colação uma vivência ou experiência comum, um fluxo entre quem emite e quem recebe e, conseqüentemente, uma resposta (Lampreia, 1999).

No que diz respeito à informação, este conceito diz respeito a “uma corrente unidirecional, não intervindo a eventual resposta (reação à informação) na relação entre emissor e recetor” (Rodrigues, 1999, p.24). Lampreia (1999, p.23) reduz a definição à “ação de informar, bem como ao conteúdo (a mensagem) duma comunicação”.

Por seu lado, também a persuasão preserva o carácter unidirecional, visando “fomentar um estado, uma resposta ou uma reação de aprovação ou aceitação” (Rodrigues, 1999, p.24).

Lampreia (1999) resume, então, o processo de comunicação, que se inicia com a transmissão de uma ideia (ou facto) por uma fonte. Essa mesma ideia é codificada, dando corpo a uma mensagem, seguidamente emitida pelo emissor que se serve de um meio para chegar ao recetor. Este, finalmente, descodifica-a agindo de acordo com o efeito causado no mesmo.

Wilbur Schramm (in Lampreia, 1999) procura complexificar o processo, dinamizando-o ainda mais ao considerar que cada emissor é, simultaneamente, um recetor e um intérprete da mensagem e que é fortemente influenciado por um novo elemento, o contexto. O mesmo autor sublinha a importância da noção do contexto em que se desenrola uma comunicação, individual ou de massas. Por seu lado, John Locke, filósofo inglês conhecido como o pai do liberalismo (Ribeiro, 2015), no século XVII designa este termo como sendo “o uso que o homem faz da linguagem para provocar na mente de outro homem as ideias que possui fechadas na sua mente” (Locke, in Rodrigues, 2011, p.21).

Efetivamente, é a partir do século XX que os estudos comunicacionais evoluem exponencialmente, mas também “não é possível dizer que se tenha constituído uma teoria [sobre a comunicação] homogénea e consensual” (Rodrigues, cit. in Ribeiro, 2015, p. 4). É no pós-guerra que os *media* assumem a sua condição de principal veiculador de informação para a sociedade. Naturalmente, e segundo Monteiro et al. (cit. in Ribeiro, 2015) “não há uma só

atividade humana que não seja afetada ou que não possa ser promovida pela comunicação” (p.4).

Assistimos hoje a um novo paradigma de comunicação que se rende ao que tem sido a própria evolução tecnológica, onde diariamente somos bombardeados por centenas de mensagens, impossíveis de reter no nosso cérebro (Moreira, Araújo, & Sousa, 2017).

Com toda esta evolução vertiginosa, o Homem desenvolve, ininterruptamente, inovadoras “extensões, que traziam em si um mundo de promessas e um inferno de ameaças” (Santos, 2001, p.12). Toda esta fase evolutiva é identificada por Santos (2001), enquanto reflexo da necessidade de o Homem se sentir limitado para comunicar. Da mesma forma, esta busca por alternativas é reconhecida por McLuhan (cit. in Santos, 2001) como “extensões dos sentidos, onde o tambor se transformou numa extensão da fala e os sinais de fumo numa extensão de gestos” (p.12). Surge, fruto desta busca incessante por novas formas de comunicação e de variados e sofisticados meios técnicos, que vão mais além da simples difusão de mensagens, a comunicação de massas, aprimorada tecnicamente ao longo dos tempos até se tornar numa “panóplia de meios de difusão de comunicação maciça” (Santos, 2001, p.13).

Nos dias que correm, muitas são as teorias que demonstram a influência direta dos OCS na sociedade, uma vez que lhes compete “reproduzir a realidade de modo a que estejamos sempre atualizados” (Machado, 2012, p.4). Ora, partindo do pressuposto que a informação veiculada pelos OCS é, na maioria das vezes, a principal fonte de informação (Pais et al., 2015), importa estudar o poder que têm em mãos, bem como essa influência, nomeadamente dos jornais, ao nível da “consciencialização social sobre certas instituições do sistema social” (Machado, 2012, p.4).

## 1.1. Comunicação de massas

"Entre os milenaristas ou os novos pensadores que anunciam o fim da história e os pragmáticos que teimam em dizer que «não se passa nada», são muitos os que veem, nestes dias, sinais de uma transição em que o antigo deixou de fazer sentido e o novo não adquiriu identidade nem consistência.”  
(Rodrigues, 1999, p.9)

Se por um lado a comunicação interpessoal, eminentemente bilateral, se dá entre um número de pessoas, nunca inferior a duas (diálogos quotidianos), por outro, afigura-se a comunicação de massas enquanto uma difusão da informação para um público vasto e desconhecido, quer pelas suas características, quer pelas suas reações à mensagem. Deste modo, o *feedback* instantâneo que existe no decurso das trocas linguísticas interpessoais, é mais demorado, já que a difusão tem como alvo um grande grupo de pessoas. De forma genérica, a comunicação de massas é, sobremaneira, do tipo unidirecional, veiculada por uma organização, para um vasto conjunto de recetores, numa área geográfica mais ou menos extensa (McQuail, 2003).

Os *mass media*, enquanto meios técnicos e não apenas enquanto difusores de mensagens, constituem-se como decisivos na História das civilizações, bem como na integração da Humanidade numa “aldeia global” (Sousa, 2006).

A comunicação social surge como resultado de uma necessidade social e política, bem como de uma exigência económica (Silva, 1987). Assim, os meios de comunicação social são preponderantes na transmissão de toda essa informação (Castells, 1999). A comunicação de massas foi, durante muito tempo, perçecionada enquanto imposição de modelos de comportamento social, através da difusão de maneiras de pensar, sentir ou agir, levando a audiência a “reagir isoladamente às ordens e às sugestões dos meios de comunicação de massas monopolizados” (Mills, cit. in Wolf, 2000, p. 26).

Segundo McQuail (2003) o termo *mass media* diz respeito aos meios de comunicação que “operam em grande escala, atingindo e envolvendo virtualmente quase todos os membros de uma sociedade em maior ou menor grau” (p. 4). O mesmo autor, procura ainda, diferenciar a comunicação de massas dos conceitos de *media* e *mass media*, abordando-a enquanto “as instituições e técnicas pelas quais grupos especializados empregam meios tecnológicos (jornais, rádio, cinema, etc.) para disseminar conteúdos simbólicos junto de grandes audiências,

dispersas e heterogêneas” (Janowitz, cit. in McQuail, 2003, p. 14). A partir de McQuail (2003), “todo o estudo da comunicação de massas assenta na premissa de que os media têm efeitos significativos, apesar de existir pouco consenso sobre a sua natureza e extensão” (p.422).

Atualmente, esta ideia da capacidade de influência direta foi abandonada, contudo, da panóplia de definições geradas, Wolf (2000, p.25) identifica este tipo de sociedades pela presença de “pessoas que não se conhecem, que estão separadas umas das outras no espaço e que têm poucas ou nenhuma possibilidades de exercer uma ação ou uma influência recíprocas”. Neste sentido, os *media* conseguiriam “subverter e quebrar a ordem social instituída” (Baran & Davis, cit. in Henriques, 2014, p.6), porque funcionariam enquanto fonte de informação “com um significado e um valor que não coincidem necessariamente com as regras do grupo de que o indivíduo faz parte” (Blumer, cit. in Wolf, 2000, p.25).

Modernamente, a realidade da comunicação de massas pauta-se não em função das “ordens e sugestões dos meios de comunicação de massas monopolizados” (Mills, cit. in Wolf, 2000, p. 26), mas pelos “interesses e exigências de uma audiência só conhecida pelas suas seleções e respostas ao que é oferecido” (McQuail, 2003, p. 55).

Henriques (2014) indica a década de 1950 como o marco da mudança de paradigma, em que se “abandona por completo a ideia dos efeitos diretos e de uma sociedade massificada” (p.6), por existirem diversas formas de reação à influência dos *media*. Não obstante, McQuail (2003) admite que existe um processo de aprendizagem provido pelos *media*, identificando duas morfologias. Primeiramente, as pessoas são sujeitas a uma representação da realidade através de factos e normas, valores e expectativas. Seguidamente, face a esta exposição veiculada pelos *media* e com base nas experiências e interesses pessoais, existe uma dinâmica de seleção interativa passível de contribuir para o seu “comportamento e auto-conceito” (McQuail, cit. in Henriques, 2014, p.6).

Existindo, então, a possibilidade de influência nas massas, que pode alterar “papéis sociais e as expectativas que lhes estão inerentes, na esfera laboral, familiar (...) [e ainda] que certos valores sejam reforçados de forma seletiva” (McQuail, cit. in Henriques, 2014, p.7), irá ser dedicada uma secção desta investigação às teorias que abordam os efeitos produzidos pelos OCS.

## 1.2. Comunicação social: a Imprensa

“A imprensa cinge o mundo. Dantes reinava a espada – hoje governa a pena (...) A antiga civilização estava nas guerras, a nova está na imprensa”.

(Silva, cit. in Guimarães & Fernandes, 2012, p.1)

Na comunicação social engloba-se a imprensa, a televisão, a rádio, o cinema – empresas que produzem e difundem um produto específico, mensagens. Estas mensagens surgem em diferentes suportes (visual, escrito, oral) e com vários enfoques (político, ideológico, comercial, cultural, social, etc.).

Desde a invenção da escrita que o Homem procura processos cada vez mais sofisticados para reproduzir o que escreve, quer para a sua difusão quer para a sua imortalização. Naturalmente, a imprensa advém do surgimento da escrita, levando Higounet (cit. in Veríssimo, 2017) a considerá-la, uma vez mais, inseparável da história da civilização, já que espelha o esforço da articulação das diversas idealizações de comunicação criadas pelo Homem e, não menos importante, permitiu a preservação imutável da História.

Como já foi constatado, o homem começou por interagir socialmente através da comunicação por gestos, símbolos e, por fim, pela fala. Em menos de nada, a escrita, outrora de gravuras, acompanha a evolução da tecnologia e moderniza-se rapidamente, alterando “o aspeto e o estado das coisas em todo o mundo” (Bacon, cit. in Henriques, 2015, p.16).

Santos (2001) assume a invenção da imprensa enquanto uma das primeiras revoluções tecnológicas da época moderna no que diz respeito à reprodução e distribuição de informações em grandes quantidades. Constitui, assim, “parte da memória das culturas (...) [e] estabelece o que será notícia, o que deverá ser registado ou esquecido” (Lemos, 2008, p. 19).

O conceito de imprensa pode ser definido como o conjunto de “veículos de comunicação informativa, em contraste com a comunicação puramente propagandística ou de entretenimento” (Mendonça, cit. in Henriques, 2014, p. 17).

Do ponto de vista histórico, Machado (2012) relembra a “(re)invenção da tipografia” (p.4) e o, conseqüente impulso da imprensa de caracteres móveis na Europa, creditado a Johannes Gutenberg ao criar um instrumento (prensa) que permitia o processo gráfico, adaptado *a posteriori* para o fabrico de jornais. Crato (1995) complementa o surgimento desta ferramenta, com a necessidade de difundir, rapidamente, diretivas da autoridade central, bem como conferir à burguesia o monopólio dos assuntos comerciais.

É, então, a partir de 1450 que o exclusivo da disseminação de conhecimento deixa de estar centrado nas elites nobres e eclesiásticas, permitindo aos alfabetizados, inclusive das nações mais remotas “multiplicar indefinidamente e a um custo reduzido, cópias de qualquer obra” (Condorcet, cit. in Henriques, 2014, p. 16).

Esta mecanização representa “a chave-mestra de uma metamorfose cultural (...) que trouxe a standardização, permanência e possibilidade de disseminação em massa (...) [e que favoreceu o aparecimento de movimentos históricos como o] Renascimento, Reforma e Revolução Científica” (Eisenstein, cit. in Henriques, 2014, p.17). Tome-se como exemplo as *gazetas* que circulavam em cidades burguesas como Veneza, dando nome a muitos jornais que viriam a ser publicados na Idade moderna e contemporânea.

Não obstante esta evolução repentina, é a partir do século XV que, na Roma antiga, ocorre a primeira grande difusão massiva, destacando-se “os mais antigos espécimes aparentados com o jornal” (Cruz, 2002, p. 83). À data, eram desta forma enunciados os temas tidos como relevantes na vida romana, tais como nascimentos, casamentos, óbitos ou espetáculos (Henriques, 2014). Constituindo-se como uma invenção bastante difícil de suportar economicamente, é na Idade Média que a imprensa enfrenta o período mais conturbado, também por culpa da débil alfabetização das comunidades (Cruz, 2002).

Sendo certa a ligação dos *mass media* ao fenómeno da industrialização que se expandiu com o desenvolvimento tecnológico, também a imprensa vem contribuir para a padronização de ideias e comportamentos (Rodrigues, 1999). Em consonância com a evolução e massificação dos novos meios de comunicação, o Homem foi ficando cada vez mais fascinado e aterrado.

A imprensa era, efetivamente, identificada “com demagogos, fanáticos ou, simplesmente, escritores de terceira categoria” (Traquina, 2002, p. 31). Da mesma forma, McQuail (2003) expõe a imprensa como “espectro diversificado que pode ser afetado e mudado por muitas influências diferentes” (p.123), nomeadamente organizações e tecnologias que surgem de forma inopinada e que, da mesma forma, alteram repentinamente o estilo de vida.

Em suma, e de acordo com McQuail (2003), devemos entender a imprensa enquanto meio veiculador de informação materializada em papel (jornal ou revista) e capaz de influenciar a formação e mobilização da opinião pública. De facto, “a invenção da imprensa irradiou, espalhou e difundiu a linguagem impressa e deu-lhe um grau de autoridade que ela nunca mais perdeu” (James, cit.in Henriques, 2014, p. 18).

### 1.3. Jornalismo

*“As palavras voam, os escritos permanecem”*

(Sobral & Magalhães, 1999, p. 11)

Traquina (2005) garante que, apesar da emergência das novas tecnologias não deixar dúvidas, “as previsões mais catastróficas sobre o futuro do jornalismo parecem prematuras e talvez erradas” (p.145), até porque a emergência da “*cibermedia*” (Traquina, 2005, p.15) induz um reforço do papel dos jornalistas nas sociedades atuais.

Nestas sociedades, onde o problema não é dispor de informação, mas sim, e de forma irônica, detê-la e assimilá-la num volume tão exacerbado e incontrolável, torna-se urgente identificar a forma com que os jornalistas acompanham esta evolução (Tuzzo, 2015). O jornal como hoje o conhecemos, ao contrário, por exemplo, da televisão ou da internet, é uma “instituição estabelecida e imutável há mais de 70 anos” (Weaver, cit. in Traquina, 2002, p. 294).

Conceptualmente, Crato (1995) define o jornalismo enquanto uma transformação de um dado acontecimento em notícia, embora “crie, ele próprio, uma realidade de certa forma independente” (p.88). Lopes (2010), de forma mais elaborada, define-o enquanto “processo de transmissão de informação através dos media (...), ancorado em valores como a atualidade, a novidade, a periodicidade, a difusão/receção coletivas e o interesse (público e do público)” (p. 1).

O fenómeno jornalístico não pode ser abordado sem ser explorada a sua origem, as circunstâncias que contribuíram para a sua emergência, assim como os diversos propósitos para os quais concorreu ao longo dos tempos. Efetivamente, a história da imprensa escrita resulta de um ciclo contínuo de crescimento de um conjunto de fatores: a alfabetização; as inovações tecnológicas; a concorrência entre novas formas e usos dos *media*; bem como as mudanças na sociedade provocadas pelos mesmos (Straubhaar, LaRose, & Davenport, 2012).

O poder da imprensa, mais em concreto, o do jornalismo, foi apontado por McCaulay, antigo deputado do Parlamento inglês, como o “Quarto Poder” do Estado na defesa dos valores democráticos (Traquina, 2002), juntando-se aos tradicionais três: executivo, legislativo e judicial. Na verdade, “a leitura do jornal é a oração matinal, até do ateu” (Ponte et al., 2008, p.71), possuindo um controlo no que é produzido em termos de comunicação pública, ou seja, na seleção e produção de discursos veiculados ao público. Este novo “*quart état*” (McCaulay,

cit. in Traquina, 2002, p. 31) necessitava, assim, de encontrar legitimidade para justificar a sua emergência na sociedade, afastando a imagem de “força perigosa e revolucionária que alguns políticos queriam impor” (Traquina, 2002, p.32).

Como vimos anteriormente, a possibilidade de contar histórias e novidades numa dimensão massificada, foi possível a partir das invenções de Gutenberg. Foi, grosso modo, este processo de criação tipográfica que alavancou a produção periódica de folhas volantes, mercúrios e gazetas (Sousa, 2006).

O grande momento de impulsão na criação de jornais no Ocidente, traduzindo-se numa inauguração de liberdade de expressão, é marcado pelo triunfo do liberalismo, designadamente, em Portugal, no ano de 1820 (Santos, 2006). A partir do século XIX, o conteúdo jornalístico torna-se mais inclusivo, deixando de interessar, exclusivamente, à classe política, açambarcando “assuntos da vida quotidiana, sendo publicados artigos científicos, críticas literárias, crónicas de opinião e crónicas da vida mundana” (Machado, 2012, p.5). É a partir deste momento que “os jornais são encarados como um negócio que pode render lucros” (Traquina, 2002, p. 20).

Antecedido pelos primeiros jornais diários portugueses, a *Gazeta de Lisboa* e o *Diário Lisbonense* (1809), o *Diário de Notícias* (1864) marca o início da modernidade em Portugal, no respeitante ao jornalismo. “Com o aparecimento do DN, rompeu-se com a tradição da imprensa opinativa, em favor da imprensa informativa de qualidade, e começou a trilhar-se o caminho que haveria de conduzir à profissionalização dos jornalistas portugueses” (Sousa, 2006, p.148).

De facto, à exceção de Portugal, entre os anos trinta e 1974, o jornalismo mundial, maioritariamente ocidental, sofreu constantes mutações consequentes da industrialização e tornou-se mais especializado (Crato, 1995). A matriz ditatorial do Estado Novo “amarrou Portugal a um jornalismo descritivo e declaratório, censurado e, por vezes, folclórico e festivo” (Sousa, 2006, p. 161).

Como é sabido, a Revolução dos Cravos de 1974 acarretou com ela a liberdade de expressão e, concludentemente, a liberdade de imprensa. É nesta senda que o jornalismo português evoluiu exponencialmente, adaptando-se às novidades e mudanças características do sistema mediático ocidental (Sousa, 2006). Estávamos perante um jornalismo cada vez mais especializado, onde a própria comercialização da atividade, tal como a sua profissionalização, foram determinantes para a emergência deste tipo de imprensa.

Todavia, o advento das novas tecnologias foi avassalador para o jornalismo. A partir dos anos oitenta do século passado, emergiram novos géneros jornalísticos e alargou-se o leque de assuntos noticiáveis (Sousa, 2006). Germinam, assim, novos géneros de imprensa que tentam acompanhar o desenvolvimento, por exemplo, da televisão.

O paradigma altera-se com os meios *online*, sobretudo, com o subsistema da *World Wide Web*. A internet vem imiscuir-se no papel do jornalista enquanto “gestor privilegiado dos fluxos de informação, isto é, do seu papel de *gatekeeper*, o que obrigou a reconfigurar o sistema jornalístico” (Santos, 2006, p. 162).

É com o advento das novas tecnologias de informação e do aumento de interatividade entre jornalistas, jornais e público, que surge o fenómeno do *citizen journalism* (Pais et al., 2015). Os telemóveis de última geração com câmaras integradas e munidos de internet sem fios promovem, desta forma, um jornalismo de pouca qualidade, “o fornecimento de jornais *a la carte*, permanentemente atualizados” (Sousa, 2006, p.163).

Tendo como ponto de partida o acima exposto, o jornalismo enfrenta uma diminuição do número de leitores regulares, tornando-se urgente alterar “o design, a forma de abordar os assuntos [e também] a diversidade dos conteúdos” (Sousa, 2006, p. 164).

Os jornalistas devem ser considerados enquanto mediadores entre a notícia, a realidade mutante e a sociedade à qual é dirigida. Possuem, assim, um duplo compromisso: com a empresa que lhes paga o salário e que deles exige a informação mais qualificada; com a sociedade, que lhes faculta especiais direitos e, em contrapartida, deles exige uma informação isenta, completa, sem interferências ou manipulações (Dines, 1996).

Enquanto serviço público, o jornalismo, tal como a informação por ele veiculada, torna-se um bem social. Assim, sendo “uma modalidade de comunicação social rica e diversificada” (Sousa, 2001, p. 15), o fenómeno do jornalismo prossegue múltiplos desígnios, mormente, “informar, com intenção de isenção e verdade” (Sousa, 2001, p. 14). Correia (1995) garante que informar é a pedra angular do jornalismo, sendo por isso expectável que a mensagem veiculada seja a mais verdadeira e isenta, sob pena da possível destabilização da ordem social pela interpretação errónea das circunstâncias e dos factos, porque “vimos as realidades pelo olhar, perspectiva de outra pessoa – jornalista” (Traquina, 2002, p. 13). Exige-se, deste modo, “atenção, perspicácia, vivacidade de espírito e inteligência para a recolha da informação” (Gradim, 2000, p. 19).

Na verdade, a informação veiculada pelos media, tal como o seu uso, contribui, segundo Thomson (cit. in Correia, 1995), para a forma de perceber e atribuir significados ao que rodeia o Homem. Contudo, Uscinsky (cit. in Ribeiro, 2015) apresenta o modelo determinado pelo público, confrontando a teoria anterior com as preferências do público que, segundo Miller (2007), são suficientes para permitir uma reflexão quanto à influência direta da informação veiculada nas suas decisões. Assim, embora o manancial noticioso seja subjugado aos critérios de noticiabilidade, por vezes o interesse do público num certo tema promove a sua cobertura noticiosa, numa lógica de agenda determinada pela audiência – *audience-driven* (Uscinsky, in Henriques, 2014). Para além destes fatores, surgem, igualmente, os interesses económicos, já que “sendo o jornal uma empresa que produz e divulga notícias [é expectável que] não sirva interesses criados, nem outros interesses além do seu interesse de informar” (Gradim, 2000, p.7).

É assim que se torna importante abordar a componente subjetiva do jornalismo, porque “o jornalismo é um dos ‘lugares privilegiados’ para a construção da atualidade e realidade social” (Borelli, cit. in Ribeiro, 2015, p. 6). O facto de os jornalistas, à semelhança de qualquer profissional, se fazerem valer da sua experiência, capacidades e valências, implica uma influência, consciente ou não, nos critérios utilizados para, primeiro, ver os factos e, depois, criar e difundir a notícia (Ribeiro, 2015). O jornalista deve antever a influência que a sua perceção pessoal implicará, e, num ato introspetivo, ser capaz de “descrever factos verificáveis e verificados, citar fontes credíveis, contrastar fontes” (Sousa, cit. in Ribeiro, 2015, p. 14). Sendo certo que “ao jornalista é-lhe cobrada objetividade e neutralidade (...) [é impensável e] utópico pensar que este pode esquecer a sua história de vida, os seus valores e a sua cultura para cumprir a missão profissional” (Santos, 2013, p. 9). Machado (2012) revela ainda a influência que a linha editorial imprime, condicionando também toda a produção das notícias.

Santos (2013) sintetiza o trabalho do jornalista em duas fases: a descodificação do acontecimento e a conseqüente codificação da informação. Por outro lado, Crato (1995) estabelece quatro fases capitais: a procura e recolha de informação; o tratamento da informação; a redação dos factos relevantes; e, a conceção final da notícia. O objetivo é sempre o de “tentar compreender os acontecimentos e, através da reordenação da matéria recolhida, expor num estilo de fácil compreensão” (Santos, 2013, p. 8) o que aconteceu.

A primeira fase, cada vez mais simplificada pelo advento das novas tecnologias, permite ao jornalista que, no extremo, se preocupe mais com o tratamento dos dados do que em relação

ao processo de pesquisa. Não obstante o surgimento de fenómenos que facilitam este processo de pesquisa, como o *citizen journalism* (Pais et al., 2015), onde os factos são relatados *just in time* por qualquer um, o jornalista deve sempre “procurar a informação de uma forma sistemática e rigorosa, de acordo com os padrões convencionados pela comunidade jornalística” (Machado, 2012, p.6).

A fase da seleção e tratamento da informação diz respeito à escolha dos factos relevantes e indispensáveis à notícia, por forma a simplificar “a infinitude de realidades e significações a um pequeno conjunto que as representa” (Mendes, cit. in Santos, 2013, p. 8).

Finalmente, ocorre a fase material onde nasce o corpo da notícia, isto é, a disposição gráfica, nomeadamente, dos títulos, fotografias, entre outros elementos.

Como forma de contrariar a evidência da influência pessoal, Soloski (cit. in, Machado, 2012) determina “o profissionalismo (...) [enquanto] método eficiente e económico através do qual as organizações jornalísticas controlam o comportamento dos repórteres e editores” (p.10), para além das normas profissionais de cada organização ou empresa, ou seja, as políticas editoriais. São, grosso modo, estes mecanismos que “ajudam a estabelecer as fronteiras do comportamento profissional dos jornalistas” (Soloski, cit. in, Santos, 2013, p. 10), aliando a criatividade à fiabilidade da prossecução das normas.

Apesar dessa vinculação aos normativos legais e deontológicos, o jornalismo honesto e rigoroso foi sempre “alvo de uma ótica exógena hostil” (Sousa, cit. in Henriques, 2014, p.22), uma vez que aparenta uma grande “fragilidade dos processos de investigação jornalística, (...) ausência de escrúpulos e à procura do êxito profissional sem olhar a meios, (...) pressão das audiências e das vendas” (Mesquita, cit. in Henriques, 2014, p.22).

## 1.4 Notícia

Como pudemos aferir no tópico anterior, é sobretudo através da notícia, em sentido amplo, que se faz, primeiro, a transformação do acontecimento em notícia e, em seguida, a transmissão da informação nova e atual (Santos, 2013). É natural que, desta forma, estejamos em permanente contacto com as mesmas, não sendo por acaso que constituem, inúmeras vezes, “algum conhecimento acerca de certos assuntos (...) [instruindo as pessoas] sobre temas com os quais nunca tiveram qualquer contacto” (Pais et al., 2015, p. 495).

Apesar dessa “crescente (...) dependência desses meios para ter uma determinada perceção do mundo” (Fontcuberta, 1999, p. 113), nem sempre muita informação é sinónimo de boa informação. Efetivamente, como pudemos ler, “o jornalismo não se limita a refletir a realidade externa” (Crato, 1995, p. 88), o que, de certa forma, origina uma realidade influenciada pelo processo de transformação do acontecimento em notícia.

De uma forma geral, mas suficientemente descritiva, segue-se a explanação do conceito daquele que é considerado “o género jornalístico mais básico” (Crato, 1995, p.139), abordando as suas fontes, estrutura, tipologias, e os valores-notícia.

Conceptualmente, a notícia pode ser definida, genericamente, enquanto “um facto atual com interesse geral” (Cardet, 1980, p. 38). Fontcuberta (1999) vem completar esta definição considerando-a como uma mercadoria da atividade jornalística, uma vez que são estes que relevam determinado acontecimento como notícia. Por sua vez, Wolf (2000) sintetiza-a enquanto “forma fundamental da informação corrente sobre acontecimentos públicos, em todos os tipos de *media*” (p.506).

Segundo Sousa (cit. in Santos, 2013), estamos perante artefactos linguísticos que tentam representar aspetos da realidade, contudo importa entender que esta difusão não se limita a traduzir o mundo porque é influenciada pelos interesses dos OCS. Hall, Chritcher, Jefferson, Clarke e Robert (cit. in Traquina, 1999) concluem que “as notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimento e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas” (p.224).

Wolf (2000), face à impossibilidade de constatação de todos acontecimentos, apresenta as fontes como fator determinante para a qualidade da informação veiculada pelos *mass media*. Cardet (1980) define-as enquanto “qualquer entidade que concentre em si o conhecimento de factos suscetíveis de gerarem notícias” (p.32), podendo revestir a forma de “pessoas,

instituições e organismos de todo o tipo” (Fontcuberta, 1999, p. 46). Pelo raciocínio de Correia (2011), consideram-se fontes de informação “todos os agentes sociais dispostos a colaborar com os jornalistas no fornecimento de material informativo considerado de interesse pelos jornalistas” (p.93). Na verdade, Fontcuberta (1999) estabelece uma relação diretamente proporcional entre o poder informativo de um jornal e o número de fontes credíveis que este usa. Assim, quanto maior a diversidade de fontes com qualidade, melhor o poder informativo.

Henriques (2014) resume a tipologia de organização e classificação das fontes em função de vários critérios, tais como “a proveniência, estatuto, natureza e proximidade relativamente ao acontecimento/assunto” (p.21). À semelhança deste estudo, para a nossa investigação e ainda que de forma superficial, torna-se revelante estudar as últimas duas tipologias.

No respeitante à natureza, Sousa (cit. in Henriques, 2014) indica exemplos como fontes “humanas, documentais, eletrónicas” (p.22). As primeiras são, naturalmente, as que mais se destacam para a presente investigação, uma vez que são aquelas que chegam por meio de pessoas com contacto direto ou indireto com o acontecimento (Henriques, 2014).

Assim, existem duas tipologias de fontes atendendo à proximidade que têm do acontecimento. Estamos perante uma fonte primária quando a informação é veiculada por participantes num acontecimento, que possuem uma visão próxima/ real. Por outro lado, estamos perante uma fonte secundária quando a informação é cedida de forma indireta (Santos, 2013). A primeira é naturalmente preferível, contudo possui o inconveniente de ser influenciada pela inserção na ação, exigindo que o jornalista confira a informação da fonte (Santos, 2013).

Associado a todas estes requisitos, Sousa (cit. in Henriques, 2014) defende que para “um jornalismo de qualidade, a seleção das fontes deverá obedecer a critérios como a representatividade, a autoridade e a credibilidade” (p.22). Neste sentido, Babad (cit. in Henriques, 2014) encontra nas fontes institucionais, autoridade e credibilidade, considerando-as “autoridades epistémicas (...) possuidoras de conhecimento e com intenção de o partilhar” (p.22). Logicamente, organizações que dominam a arte e o engenho (técnica e tática) em observância das especificações legais, como a PSP, constituem-se como o expoente máximo de credibilidade das fontes informativas no que à atuação policial diz respeito.

No respeitante à estrutura de uma notícia, Gaillard (1971) sugere que seja produzida a pensar no leitor, ou seja, com o objetivo de facilitar a compreensão do que está escrito, com o menor esforço possível. Fontcuberta (1999) apresenta uma proposta de apresentação consentânea com as demais, dividindo-a em *lead* e corpo. No *lead*, apresentada por “cabeça”

da notícia segundo Gaillard (1971, p. 81), identifica-se o fundamental da mensagem que se pretende transportar. Esta componente surge, na maior parte das vezes, sob a forma de elementos informativos que captem a atenção e cativem à leitura do remanescente da notícia. Em seguida, e de forma natural, o corpo procura explorar o que foi apresentado no *lead*, complementando a informação inicial com mais detalhes.

Autores como Fontcuberta (1999) exigem que para que um acontecimento “que ocorre ou que se prepara” (Gaillard. 1971, p.26) se torne notícia, devem, desde logo, respeitar os interesses do OCS e do jornalista, bem como observar certos critérios conferem pertinência e valor à notícia. De facto, é importante compreender quais os preceitos para que uma informação ou acontecimento se torne notícia.

Fontcuberta (1999) responde-nos com a necessidade de uma descoberta prematura dessa informação para que a sua transmissão, obrigatoriamente imediata e no mais curto prazo temporal, seja inovadora e alcance um vasto conjunto de pessoas.

Ideia constante deste enquadramento, é a de que o processo de criação de notícias é bastante complexo, até pelo simples facto da própria seleção das mesmas. Wolf (2000) resume a lógica da noticiabilidade (*newsworthiness*) à relevância que as notícias possuem para serem publicadas, ou seja, “o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que seleccionar as notícias” (p.195).

Atendendo às necessidades de manter o interesse das audiências, a produção de notícias (*newsmaking*), bem como a seleção noticiosa que respeita ao seu interesse noticioso, Wolf (2000) traz à colação determinados critérios que devem ser respeitados – os valores notícia. De um modo geral, estes critérios ao serem conjugados atuam como um filtro, resumindo-se a uma escala de valores diretamente proporcional à capacidade da génese de uma notícia com base naquele acontecimento (Wolf, 2000).

Galtung e Ruge (1999) tornaram-se pioneiros ao avançar com doze critérios, destacando apenas oito enquanto universais e insensíveis à conjuntura social, cultural e política onde se inserem. Desse modo, os oito critérios são: a amplitude do evento, relacionando a intensidade do acontecimento com a sua mediatização; a significância, isto é, ser passível de ser considerada como relevante pelo leitor; a frequência, uma vez que promove a sua publicitação mais vezes; a clareza, pela lucidez da informação; a consonância, resumindo-se à correspondência do acontecimento com as ambições do leitor; o inesperado, em oposição à anterior; a composição,

ou seja, acontecimentos que congreguem vários temas pertinentes; e, a continuidade, pela possibilidade dos acontecimentos se prolongarem no tempo. Quanto aos restantes quatro, Galtung e Ruge (1999) fazem referência a: nações de elite; pessoas de elite, pela facilidade em se tornarem líderes de opinião; a personificação, concretizando os acontecimentos nas palavras de quem presencia o acontecimento; e, a negatividade, pela relação proporcional entre um acontecimento negativo e a sua transformação em notícia, “respeitando assim a máxima de que «Más Notícias são Boas Notícias»” (Dias, cit. in Costa, 2015, p. 15).

Abordado o conceito de notícia, proceder-se-á a uma breve abordagem das teorias da comunicação mais prementes para a nossa investigação, tendo sempre como tónica que “o jornalismo não é um simples reflexo da realidade, ele é, sim, uma representação dos acontecimentos e uma ordenação e seleção da atualidade, de acordo com um sistema de convenções e interesses que são variáveis de caso para caso” (Crato, cit. in Machado, 2012, p. 6).

## 1.5 Efeitos dos OCS

Como nos indica Sócrates (cit. in Santos, 2001, p.14), “um discurso deverá ser julgado pelo seu efeito sobre alguém”. Nesse sentido, a história das teorias da comunicação assenta numa incessante busca dos investigadores da amplitude dos efeitos produzidos pelos meios de comunicação de massas, sendo que na base desta procura se encontra o “legado do medo” (Santos, 2001, p. 14) que se seguiu à I Guerra Mundial. É com o fim desta Guerra e com o desvendar da propaganda que dela resultou que, pela primeira vez, se teve noção dos efeitos da manipulação de factos em larga escala.

A discussão relativa aos efeitos dos media tem vindo a desenrolar-se há vários anos, o que conduziu à emergência de inúmeras teorias. Fortemente caracterizada pela experiência da propaganda da I Grande Guerra e pelas correntes que dominavam a psicologia *behaviourista*, surge a primeira teoria explicativa do processo de comunicação social – a teoria das balas mágicas, também conhecida por teoria das agulhas hipodérmicas (Santos, 2001). Entre várias nomenclaturas associadas à resposta direta ao estímulo, e vários autores, Lasswell (cit. in McQuail, 2003) destaca-se nesta abordagem dos OCS de massas, referindo que uma mensagem era emitida por um emissor, e no momento em que chegasse ao recetor, este integrava-a sem qualquer critério. Mealha (2009) reporta-se a esta teoria como uma explicação baseada num modelo estímulo-resposta, conferindo aos *media* “capacidades de manipulação ilimitadas” (p.21) pela previsão de comportamentos do público.

Mais tarde, pela mão de Katz e Lazarsfeld (cit. in Mealha, 2009), surge uma teoria que afirmava a existência de indivíduos que seriam mais informados que o resto da população, e que por força desta condição poderiam influenciá-los. Nasce, assim, a figura do líder de opinião (Mealha, 2009). Este modelo considera que os líderes de opinião recebiam a informação dos *media*, passando-a para as restantes pessoas. Ou seja, os *media* não afetavam diretamente o público, mas sim, por intermédio dos líderes de opinião (Mealha, 2009).

Seguidamente os *media* começaram a ser vistos como “instrumentos de reprodução simbólica” (Mealha, 2009, p.22). A mesma autora aponta que os *media* se constituem como um de muitos outros atores que criam a realidade, construindo “uma representação partilhada pela sociedade quanto a determinado assunto” (Mealha, 2009, p.23). Assim, a imprensa transmite informação através da utilização da linguagem, “ela mesma portadora de representações” (Mealha, 2008, p.23), pode, como afirma Jodelet (cit. in Mealha, 2009), ser causadora de “influência, consenso, dissenso ou polémica” (p.23). Na mesma linha de pensamento, Siegel (cit. in Mealha, 2009) afirma que os *media*, quando atribuem maior atenção a determinados assuntos, acabam por produzir influências no comportamento social.

Percebendo que os *media* possuem uma forte influência sobre o seu público, em matéria criminal Mealha (2009) defende que os *media* “definem para o público o que é o ilícito, a criminalidade enquanto transgressão, as suas causas, associando-lhes problemas económicos e sociais, delimitando o que é normal e o que é patológico, construindo e contribuindo ativamente para a construção de representações sociais acerca dessa temática” (p.24).

No entanto, o facto de abordarem assuntos sensíveis como o crime, não deve ser entendido, no dizer de McQuail (2003), como forma de legitimar o crime e a desordem social, sendo que Cohen e Young (cit. in Mealha, 2009) reforçam a necessidade de “não [deverem] fomentar fenómenos de estigmatização (...) na medida em que podem originar novos desviantes” (p.24).

De uma forma geral podemos afirmar que os *media* providenciam uma forma de as pessoas olharem o mundo, através do fornecimento de “mapas de significados” (Mealha, 2009). Esta propriedade dos *media* associa-se com a hipótese do agendamento (*agenda-setting*), que “supõe uma relação de causalidade entre a perceção pública dos temas importantes e a agenda dos *media*” (Mealha, 2009, p.27). Isto significa que estes meios têm a capacidade de orientar a atenção do público (Mealha, 2009). Esta hipótese pressupõe a seleção dos temas a serem abordados, papel que compete ao *gatekeeper* (White, cit. in Mealha, 2009). Nesta senda, o

*gatekeeping* justaposto ao jornalismo funciona como uma série de escolhas pelas quais os fluxos de notícias têm de passar (*gates*) para serem escolhidas. Esta analogia feita a “portões” (*gates*) diz respeito às áreas de decisão, onde o jornalista (*gatekeeper*) decide se vai escolher aquela notícia ou não (Traquina, 2005). Neste sentido, a decisão sobre a abordagem ou não de determinado assunto depende dos “juízos de valor do *gatekeeper*” (White, cit. in Mealha, 2009). McQuail (2003) vem ressaltar que a tarefa de *gatekeeper* pode ser desempenhada por “um indivíduo, por uma organização emissora, por um conjunto institucional e, por fim, pelo sistema comunicativo integrado dos meios de comunicação de massas” (McQuail, p. 28).

Uma vez mais, esta teoria evidencia subjetividade e arbitrariedade no processo de seleção, sendo que as decisões dos jornalistas dependiam de juízos de valor baseados “no conjunto de experiências, atitudes e expectativa” (White, cit. in Traquina, 2005, p.150). É assim que Schudson (in Traquina, 2005, p. 150) designa de “ação pessoal” o processo de produção de notícias enquanto produto das pessoas e, subsequentemente, das suas intenções.

Diversos estudos, nomeadamente, de McCombs e Shaw, Hirsch e Gieber (in Traquina, 2005, p. 151) apontam para a limitação das conclusões de White (1950) já que o jornalista “exerceu a sua liberdade dentro de uma latitude limitada” (Traquina, 2005, p. 151) sendo que as razões apresentadas foram condicionadas pelas normas profissionais, ao contrário das apontadas razões subjetivas.

Durante anos a preocupação dos diversos estudos e teorias da comunicação centrou-se nos recetores ou nas mensagens. Apenas McLuhan (cit. in Santos, 2001) rompe este círculo debruçando-se no vínculo entre os meios de comunicação e o problema da percepção. Contudo, é a partir da década de 1960 que os estudos se dedicam aos efeitos a longo prazo e, sobremaneira, involuntários, colocando-se de parte os efeitos diretos e intencionais (Santos, 2001). Em suma, as investigações acerca do *gatekeeping* e do *newsmaking* concluem que existe, realmente, um processo, em parte, subjetivo na percepção da realidade, onde a transmissão é automaticamente deformada pelas características inerentes aos meios de comunicação e ao processo produtivo (Santos, 2001). Quanto ao *agenda-setting*, Santos (2001) garante a verificação de efeitos a longo prazo, contudo imprevisíveis.

## 2. A Polícia de Segurança Pública

### 2.1. A Polícia e a ordem pública

Sendo o objeto de investigação o estudo da perceção da atividade policial pelos OCS, serve a presente secção como forma de enquadrar e conceptualizar aquela que é considerada como uma “instituição estratégica no sistema social” (Pais et al., 2015, p. 494): a polícia. Assim, começaremos por explorar a conceito polissémico de Polícia, abordando, em seguida, o seu substrato.

Como já referido pela sua componente polissémica, o conceito por ser considerado enquanto a própria atividade, as instituições que prosseguem o fim da segurança pública ou, até, cada polícia individualmente considerado (Raposo, 2006).

A definição genérica proposta por Reiner (2010) caracteriza a polícia enquanto “um conjunto de pessoas que patrulham locais públicos de uniforme (...), com a responsabilidade de controlo criminal, manutenção da ordem e algumas funções de serviços sociais” (p.3).

Numa outra perspetiva, marcada pela doutrina de Direito Administrativo, Marcelo Caetano (1990) apresenta outra definição, reduzindo o conceito de Polícia ao “modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir” (p.1150). Mais recentemente, Valente (2012) expõe uma definição que não se cinge apenas às atividades individuais passíveis de ferir interesses gerais, mas sim a um policiamento diagonal a todas as dimensões da ordem jurídica, já que “uma polícia contemporânea (...) procura evitar que condutas de pessoas singulares e/ou coletivas possam afetar interesses gerais ou coletivos e interesses singulares e individuais” (p.49). Sendo a ordem pública “uma das componentes nucleares da segurança, constituindo-se como um bem essencial ao regular funcionamento das instituições e ao exercício dos direitos, liberdades e garantias” (Oliveira, 2015, p.46), esta deve ser elevada, por interpretação extensiva do artigo 27º da Constituição da República Portuguesa (CRP), a direito constitucional. Perante este direito positivo, compete ao Estado um dever geral de proteção das pessoas a partir “do legislador, da Administração e dos tribunais” (Oliveira, 2015, p.46).

A Polícia integra, deste modo, a função administrativa do Estado prevista no art. 272.º da CRP: “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”. Com base neste enquadramento constitucional e na própria Lei, é da competência

da Polícia colmatar as necessidades coletivas de segurança e ordem pública. Esta última pauta-se pela sua componente preventiva, contrastante com a repressiva, assegurando uma intervenção que impeça o surgimento ou ampliação de uma perturbação. Já as intervenções repressivas resultam numa reação face à consumação de um ilícito e consequente investigação, recolha e conservação de provas como forma de sustentar uma intervenção junto do Ministério Público (Oliveira, 2015).

Não obstante este fim, na ordem jurídica nacional, existem muitos mais para além da ordem pública, almejando-se desta forma a proteção de todos os interesses suscetíveis de dano, consonantes com a lei (Valente, 2012). No entanto, Correia (cit. in Oliveira, 2015) vai ao encontro da Lei de Segurança Interna, entendendo a ordem e segurança públicas de forma restritiva, relacionando-as a um objetivo de segurança interna e atribuindo-as a serviços de polícia de segurança, como é o caso da PSP e Guarda Nacional Republicana (GNR). No mesmo sentido, a Lei Orgânica, quer da PSP (Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto) quer da GNR (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro), estabelecem as atribuições destas polícias ao nível da garantia da “ordem e tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens”.

Novamente, Correia (cit. in, Oliveira, 2015) resume a polícia a uma atividade da Administração Pública “que consiste na emissão de regulamentos e na prática de atos administrativos e materiais que controlam condutas perigosas dos particulares com o fim de evitar que estas venham ou continuem a lesar bem sociais cuja defesa preventiva, através de atos de autoridade, seja consentida pela ordem jurídica” (p.48).

Em suma, o que distingue, numa perceção sociológica apontada por Oliveira (2015), a Polícia de outros serviços administrativos com funções policiais não é a simples titularidade exclusiva das tarefas policiais, mas o caráter “de distribuição da força coercitiva, não negocial, colocada no serviço de uma compreensão intuitiva das exigências de uma situação” (Bittner, cit. in Oliveira, 2015, p. 51).

## **2.2. A atuação policial em grandes eventos de cariz político**

Como foi exposto, a função da polícia abarca muito mais que a mera aplicação da lei ou a simples “regulação social” (Klockars, cit. in Reis, 2018). A tarefa que destacamos neste trabalho é o policiamento de grandes eventos de cariz político, sendo que Novais (2010) defende que a posição da PSP perante estes se deve basear numa lógica preventiva na proteção

da ordem pública. Segundo Felgueiras (2016) “o protesto político é a manifestação do não-consentimento sobre uma decisão ou um conjunto de decisões políticas, ou o não reconhecimento da legitimidade para o processo de tomada de decisão” (p. 31).

À semelhança das investigações anteriores (Henriques, 2014; Machado, 2012; Santos, 2013), e no que diz respeito aos grandes eventos, adotou-se a definição do projeto EU-SEC (*Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in Europe*, 2007), concebido pela UNICRI (*United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute*). Nesta conceptualização, são enunciados determinados critérios de seleção, não cumulativos, sendo utilizados no nosso trabalho os tidos por adequados ao nosso objeto de estudo: grande significado histórico ou político ou popularidade; grande cobertura por parte dos *media*; grande número de participantes; risco de apoiantes/manifestantes; dispersão/concentração de outros eventos que possam ocorrer durante a realização do grande evento; e, grande presença de VIP (políticos, atletas, artistas, etc.).

Como se pode observar, são reunidos nestes eventos fatores que, verdadeiramente, exigem uma gestão cuidadosa dos recursos policiais envolvidos e, conseqüentemente, testam “teorias, métodos, estratégias e táticas e, por outro [lado], exigem uma abordagem multidisciplinar de diversas matérias e áreas” (Pais & Felgueiras, 2015, p. 1). Como refere Reicher (cit. in Reis, 2017), os “grandes eventos de multidões são encontros intergrupais típicos, entre as multidões e a polícia e a ação policial pode ter um efeito crítico no resultado dos eventos” (p. 27).

Existindo a necessidade de compatibilizar a manutenção da ordem pública com a liberdade dos cidadãos, particularmente, aquando da realização de manifestações e reuniões, é assumido pela maioria dos Estados ocidentais a importância desta manutenção enquanto atividade que assenta numa “gestão negociada do espaço público entre as autoridades, os promotores e participantes nos eventos” (Oliveira, 2015, p. 21). Contudo, e excluindo interpretações filosóficas, o conceito de liberdade, em qualquer sociedade, prende-se a imperativos de ordem pública. Efetivamente, “o direito à segurança forma um todo com o direito à liberdade – não há segurança dissociada da liberdade, nem, por isso, cidade sem polícia” (Clemente, 2015, p. 20). Assim, “porque a liberdade é imediatamente questionada quando colide com a autonomia de outrem” (Oliveira, 2015, p. 21), não existe uma separação entre liberdade e ordem pública, mas um equilíbrio, como consta no artigo 27.º da Constituição da República Portuguesa.

Como um dos grandes riscos à segurança interna, Oliveira (2015), destaca a violência nas manifestações. Inclusivamente, refere que a “Sociedade da Comunicação” (Oliveira, 2015, p. 21) em que estamos inseridos representa, por um lado, uma vantagem ao permitir o desenvolvimento da economia e da qualidade de vida, mas, por outro, “um elemento facilitador do aparecimento de ameaças, especialmente pela capacidade de mobilização, imprevisibilidade e anonimato que facilita e permite” (Oliveira, 2015, p.22).

Enquanto detentor do monopólio da manutenção da ordem pública democrática, o Estado deve monitorizar os novos desafios à liberdade dos cidadãos e, de forma eficiente e eficaz, ajustar o seu quadro jurídico e institucional, aperfeiçoando o modelo policial e o funcionamento das forças de segurança (Oliveira, 2015). Efetivamente, e mais que nunca, exige-se a uma polícia moderna que se reinvente e compreenda, de forma estreita, as interconexões sociais, bem como as imbricações de uma sociedade cultural, diga-se, fragmentada.

A polícia, no decurso da sua função de manutenção da ordem pública, sofre o “escrutínio intenso de múltiplas audiências a múltiplos níveis” (Cronin & Reicher, cit. in Reis, 2017, p.25), sendo que entre eles se destacam os OCS. Reis (2017) afirma que os polícias devem estar cientes que a sua atuação vai ser filmada e transmitida pelos *media*, o que poderá influenciar “a perceção dos cidadãos relativamente à atuação policial” (p.25). Della Porta, Peterson e Reiter (cit. in Reis, 2017) fazem depender a atuação policial da opinião política e dos OCS, no que às razões dos protestos diz respeito. Por outro lado, os *media*, ao transmitirem imagens da polícia, irão influenciar, não só a atuação policial, como também o clima social e político (Pais et al., 2015). Oliveira (2015) refere que os manifestantes e os *media* apreciam a cobertura dos eventos, porém, a polícia também tem interesse, uma vez que assim pode “fazer chegar aos cidadãos informações e conselhos úteis” (p.363) e veicular uma perceção de legitimidade e autoridade da ação policial.

Seguindo o raciocínio de Caetano e Rasquilha (2004), criar consentimento, aprovação e legitimidade no que toca à Polícia, é a meta da comunicação. A imagem institucional é a opinião causada nos diferentes públicos, é “a identidade [que] deriva da sua cultura, da organização nas suas raízes, da sua personalidade, da sua força e das suas fragilidades” (Caetano & Rasquilha, 2004, p.52). Presentemente, e mais do que nunca, é necessário definir objetivos e estabelecer comunicações eficazes, de modo a melhorar a imagem pública das organizações. É nesta sentença que se justificam as RP, uma vez que as mesmas obedecem à função de adaptar uma

organização social à sua zona de influência pública, informando o seu público alvo e recolhendo o *feedback* do mesmo, que permitirá ajustar e adequar a atuação (Caetano & Rasquilha, 2004). Por outras palavras, o conhecimento da opinião pública permite delinear uma política institucional mais correta e objetiva.

Importa destacar que na PSP existe um Gabinete de Imprensa e Relações Públicas (GIRP), na Direção Nacional, que “tem por funções garantir a comunicação e manter as relações públicas com os OCS, contribuindo para a manutenção de uma boa imagem institucional, legitimadora da ação policial” (Henriques, 2014, p.29). Neste sentido, a presente investigação também permitirá, a partir da caracterização do discurso dos jornais, verificar a adequação ou não das atuais estratégias comunicacionais da PSP.

### 3. Problema de investigação

Vivemos numa sociedade vertiginosamente mutável, quer numa dimensão social, quer numa dimensão tecnológica, onde o conceito de “aldeia global” traduz a redução das distâncias reais em função do avanço tecnológico. O Homem que nela habita é, inevitavelmente, um ser sociocultural e, por consequência, comunicativo, vivendo de forma inata, na e para a sociedade, resultando na aquisição da cultura que a caracteriza e onde está inserido (Moreira, Araújo, & Sousa, 2017).

Enquanto “produtores de significado [e] não meros dispositivos reprodutores ou refletores de significado” (Pais et al., 2013, pp. 205-206), os OCS desde cedo assumiram, então, particular importância e influência na mais simples tomada de decisão diária, até à forma como idealizamos determinada instituição do sistema social — fornecendo “mapas de significado” (Mealha, 2009; Pais et al. 2015, p.497).

Na verdade, todo o manancial noticioso difundido por estes constitui-se, frequentemente, enquanto principal fonte de informação e de conhecimento para a maioria dos assuntos com os quais nos deparamos na atualidade (Pais et al., 2015, p. 496). Assim, o acesso rápido a toda e qualquer informação de uma forma ímpar, articulado à capacidade de formatar a realidade, conferem aos *media* o estatuto de “influências modeladoras” (Bandura, cit. in Pais et al., 2015, p.496).

É, deste modo, possível aferir e concordar com a premissa de Cohen e Young (cit. in Pais et al., 2015, p.497) de que os *media* se “constituem enquanto reguladores sociais, enquanto dispositivos de controlo social”, que veiculam uma construção da realidade social, verdadeira ou não.

Urge, naturalmente, estudar este poder que os OCS têm em “mãos”, bem como a influência, nomeadamente dos jornais, ao nível da “consciencialização social sobre certas instituições do sistema social” (Machado, 2012, p.4). Nesta senda, torna-se premente identificar e caracterizar um discurso específico que é, para muitos, a única maneira de contactarem com temas e acontecimentos extrínsecos.

Recorde-se que os dias que correm são estruturados em função de uma cultura do imediatismo, onde o acompanhamento e produção jornalística são constantes e a sua consequente difusão instantânea, desde logo, pelo surgimento de fenómenos como o *citizen journalism* (Pais et al., 2015).

Sendo certo que a polícia se destaca enquanto organização estratégica no sistema social, as operações policiais de manutenção da ordem, em especial por envolverem restrições aos direitos dos cidadãos, geram um grande interesse na sua cobertura jornalística (Pais et al., 2015), estando sempre “na primeira linha dos diretos e, em consequência, submetidas a um forte controlo social” (Oliveira, 2015, p. 361).

Neste panorama, critérios como a “espetacularidade e controvérsia política, especialmente no caso das manifestações reivindicativas” (Oliveira, 2015, p.362) interessam à cobertura mediática dos OCS, mas também, pela sua capacidade de ampliação da mensagem, os OCS conseguem influenciar a perceção do recetor da mensagem, bem como potenciar a mensagem reivindicativa.

De forma genérica, a polícia acaba por ser permanentemente controlada, formal ou informalmente, desempenhando uma posição no sistema enquanto “terceira parte, vista e relatada, não várias vezes como um ator ilegítimo” (Oliveira, 2015, p.362) que controla os manifestantes e é controlada socialmente através dos *media*.

Enquanto instituição estratégica, os discursos mediáticos relativos a intervenções policiais, em última análise, trazem à colação implicações, quer em termos de imagem institucional quer de legitimação percecionada dessa ação policial, que merecem ser estudadas.

Configura-se, assim, o nosso problema de investigação, almejando determinar o tipo de discurso dos *media* acerca da atuação policial, no que aos grandes protestos de índole política diz respeito.

Em suma, tendo em conta os estudos análogos realizados em anos anteriores, onde foi analisada a imprensa escrita e a consequente interpretação da atuação da PSP em grandes eventos de cariz político, pretendeu-se analisar o que aconteceu durante o ano de 2019 e descortinar eventuais diferenças associadas à mudança da conjuntura política. Assim, pretendemos uma compreensão para além dos significados imediatos que resultam de uma notícia relativa à atuação de uma instituição estratégica como a polícia.

Para que os eventos escolhidos respeitassem os vetores propostos pela UNICRI, foi elaborada uma pesquisa profunda, resultando na escolha dos seguintes eventos: 14 de janeiro – Manifestação dos bombeiros sapadores; 21 de janeiro – Manifestação dos moradores do bairro da Jamaica; 10 de maio – Manifestação nacional da Função Pública; 12 de agosto – Greve dos motoristas de matérias perigosas; 27 de setembro – Manifestação climática; 21 de novembro – Manifestação das Forças de Segurança.

Tendo em consideração tudo o que foi mencionado, pretendeu-se, com o presente estudo, responder às seguintes questões de investigação: Será verídico o agendamento por parte dos OCS? Qual a perceção que os OCS transmitem dos policiamentos de grandes eventos, que auxilie a elaboração futuros planeamentos? Existem diferenças entre o discurso da imprensa escrita veiculado no ano de 2019 e os anos de 2011, 2012 e 2013? Estará a alteração do paradigma dos protestos políticos (2011,2012 e 2013 e em 2019) relacionada com motivos de índole social, histórica e/ou política?

## Capítulo II – Método

### 1. Abordagem Qualitativa

Pocinho (2012, p.4) define o método como sendo “uma organização crítica das práticas de investigação”, complementando a ideia apresentada por Galliano (1979) enquanto “conjunto de etapas, ordenadamente dispostas a serem vencidas, essenciais para a realização de qualquer investigação” (p.6). Efetivamente, é a partir deste que se alcança e se expõe todo o percurso de pesquisa.

De forma genérica, Freixo (2011) estipula dois tipos de abordagem referentes ao método científico: quantitativa e qualitativa. Enquanto a primeira consiste num “processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis” (Freixo, 2011, p.144), onde se estabelecem por vezes, de forma matemática, relações de causa-efeito, a segunda pressupõe uma reflexão do investigador ao “descrever ou interpretar, mais do que avaliar” (Freixo, 2011, p.146).

Sendo o nosso universo de estudo “um fenómeno complexo, de cariz social, de difícil quantificação” (Costa, 2015, p.34), cuja abordagem pretendida às suas características não é quantificáveis (Sousa, 2006), a abordagem qualitativa afigura-se como ideal para descrever a realidade observada. Na verdade, Quivy e Campenhoudt (2005) identificam esta abordagem enquanto reveladora de certas características e formas de articulação dos discursos, resultante da análise das informações que neles constam. Nas palavras de Flick (cit. in Henriques, 2014, p. 34) “a investigação qualitativa está vocacionada para a análise de dados concretos, nas suas particularidades de tempo e espaço, partindo das manifestações e atividades das pessoas nos seus contextos próprios” (p.34).

Grosso modo, a abordagem qualitativa permite operacionalizar diversas teorias e perspetivas, tendo em conta as particularidades dos contextos estudados (Henriques, 2014). Por último, esta abordagem assume, ainda, a possibilidade de operar sobre *corpus* diminutos (Bardin, 2008).

Neste sentido, e como exposto no problema de investigação, interessa caracterizar e compreender o discurso da imprensa escrita no que concerne à atuação policial para associar eventuais alterações aos acontecimentos e mudanças que ocorreram no panorama político e social português.

## 2. Corpus

O *corpus* é considerado “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 2008, p. 96). Na constituição do mesmo foram atendidas quatro regras: a da exaustividade, que se resume à não exclusão infundamentada de nenhum elemento que se insira nos critérios de seleção; a da representatividade, onde a amostra deve ser representativa do universo de estudo; a da homogeneidade, onde se exige a escolha dos elementos de análise em função dos mesmos critérios; por fim, a da pertinência, que pressupõe a adequação do *corpus* ao objetivo proposto para a investigação.

O *corpus* deste estudo é constituído por 46 notícias respeitantes à atuação policial, produzidas e emitidas pelos jornais Correio da Manhã (CM), Diário de Notícias (DN) e Jornal de Notícias (JN) durante o ano de 2019.

## 3. Instrumento: Análise de conteúdo

Como já se evidenciou, aspetos como “a construção do discurso e o seu desenvolvimento são fontes de informações a partir das quais o investigador tenta construir um conhecimento” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 226). Neste sentido, e para o tratamento do nosso *corpus*, foi utilizado como instrumento a análise de conteúdo, “um dos mais importantes métodos de investigação em ciências sociais” (Pais, 2004, p. 248).

Nas palavras de Bardin (2008, p. 108) este método diz respeito a “uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto (...) por recorte, agregação e enumeração [que] permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto”.

Nesta senda, com vista à produção de conhecimento, este instrumento responde à necessidade do investigador em fornecer uma explicação holística e extrair inferências da análise textual, por meio da criação de categorias que sistematizem os dados recolhidos. Este conjunto de técnicas permite a utilização de procedimentos objetivos, simplificando “o material textual, reduzindo-o a fragmentos de dados mais relevantes e fáceis de gerir” (Weber cit. in Henriques, 2014, p. 34).

Como indica Bardin (2008), estes fragmentos constituem-se enquanto indicadores referentes ao conteúdo da mensagem, quando categorizados e traduzidos de forma objetiva. É,

assim, a partir dos indicadores que Vala (1999) identifica a possibilidade de interpretar os dados contextualizados de modo a deduzir o significado das mensagens veiculadas.

De forma material, os indicadores em apreço constituem unidades de registo (u.r.), isto é, segmentos de frases ou parágrafos que induzem um determinado significado, que possam ser correspondidos às categorias de análise criadas, permitindo a aferição de conclusões (Vala, 1999). Assim, este processo de codificação nada mais é que uma “classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (por analogia), com os critérios previamente definidos” (Bardin, 2008, p. 117).

Destarte, é perceptível, uma vez mais, que este estudo se debruça sobre a análise textual de notícias geradas de forma espontânea e não para investigação (Pais et al. 2015). Inclusivamente, Vala (1999) apresenta este método como não obstrutivo, o que se traduz numa grande vantagem já que nenhum dos intervenientes na elaboração da mensagem antecipa a análise do seu conteúdo e, por isso, influencia o processo comunicacional (Pais, 2004).

No que diz respeito ao processo de sistematização de conteúdo, são apontadas três fases por Bardin (2008): a primeira fase, de pré-análise; a segunda de exploração e codificação do material por meio de u.r.; e, por fim, a fase do tratamento dos resultados, categorização e interpretação.

Primeiro, e não obstante as vantagens deste método, o fator qualidade deve nortear o processo de análise e assegurar a validade dos dados, contribuindo para a credibilização do processo. Deste modo, a análise de conteúdo subjugar-se aos procedimentos de fiabilidade e validade (Bardin, 2008; Pais et al., 2015; Ghiglione & Matalon, 2001; Vala, 1999).

A fiabilidade “está ligada aos procedimentos de análise (codificação) e, assim, ao instrumento e ao próprio analista (investigador)” (Pais et al., 2015, p. 499). Deste modo, “os testes de fidelidade assentam essencialmente sobre dois polos: a fidelidade do codificador e a das categorias de análise” (Ghiglione & Matalon, 2001, p. 195).

Como nos resumem Ghiglione e Matalon (2001), a fiabilidade é garantida segundo dois planos: plano intercodificador e o intracodificador. No primeiro, pretende-se que quando aplicado um conjunto de codificadores ao mesmo texto, os resultados obtidos sejam sempre os mesmos. Quanto ao segundo, variando apenas o momento de aplicação do codificar, no mesmo texto, este deve conseguir, igualmente, atingir o mesmo resultado.

Quanto às categorias de análise utilizadas pelo codificador, exige-se que as mesmas sejam objetivas, para que se escolha determinado excerto enquanto u.r. sem qualquer ambiguidade e de forma convicta (Pais et al., 2015).

Resultando na “adequação entre os objectivos e os fins sem distorção dos factos” (Ghiglione & Matalon, 2001, p. 196), a validade deve ser a tónica de todo o processo de análise de conteúdo (Vala, 1999). Se a mesma for garantida e provada, os factos serão “incontestáveis” (Krippendorff, cit. in, Pais et al., 2015, p.500) permitindo a “construção de teorias ou para a tomada de decisões na prática” (Pais, 2004, p. 251).

Existem três formas de construir categorias, designadamente: o procedimento aberto ou exploratório, em que as categorias são definidas a título posterior, sendo empiricamente derivadas; o procedimento fechado, que respeita uma análise do *corpus* onde as categorias são teoricamente derivadas ou pré-determinadas pelo analista subjugando-as aos objetivos da pesquisa (Ghiglione & Matalon, 2001); e, finalmente, o procedimento misto, que, como o nome indica, interpõe ambos e confere uma maior adaptação à mutação e características peculiares do *corpus* (Pais, 2004), sendo este o procedimento selecionado para este trabalho por tolerar possibilidades de adaptação a mutações no *corpus*.

#### 4. Procedimento

Importa referir que o presente trabalho se inscreve no conjunto de linhas de investigação das Linhas de Investigação do Laboratório de Grandes Eventos, do Centro de Investigação do ISCPSI, mais especificamente: Grandes eventos de cariz político - A perceção da comunicação social acerca da atividade policial.

No que respeita ao acesso às notícias alvo de análise, este fez-se via Ministério da Administração Interna (MAI), feita por “clipping” (Pais et al., 2015, p. 499) na base de dados CISION, responsável por recolher e catalogar as notícias de OCS em todo o mundo, como forma de as monitorizar e avaliar. Como consta da solicitação em anexo (vd. Anexo 1), o perfil utilizado para aceder à referida plataforma foi-nos fornecido pelo GIRP.

Foi alvo da nossa análise o manancial noticioso produzido e publicado pelos jornais CM, DN e JN, no ano de 2019. Seguindo esta lógica, aplicámos o filtro «data», com o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro. Posteriormente, e no sentido de obter apenas as notícias relacionadas com o nosso objeto de estudo, foi necessário utilizar descritores, designadamente: bombeiros, clima, greve geral, manifestação, polícia, policiamento, protesto e

PSP. Garantida a restrição temporal e estipulados os descritores, selecionou-se o tipo de OCS pretendido, recorrendo ao filtro «media» “*print*” (imprensa). Quanto ao âmbito da notícia, naturalmente, foi selecionada a opção “Portugal” no filtro «País» e, como forma de obter apenas as notícias dos jornais pretendidos, foi aplicado o filtro «OCS» aos mesmos.

Em jeito de curiosidade, uma vez que não foi utilizada, a plataforma permite, ainda, filtrar os resultados obtidos em função da «classificação dos OCS», como por exemplo, “internet; jornais regionais/ nacionais; programas de tv/ rádio”, entre outros. Uma outra função inovadora e que vem simplificar o processo de recolha de informação diz respeito à possibilidade de verificação de leitura prévia. Não obstante as investigações anteriores discriminarem as notícias repetidas em função dos descritores, atualmente a CISION permite ao utilizador verificar a leitura anterior da notícia, impedindo a recolha repetida da notícia por esta possuir mais que um descritor definido.

Num primeiro momento, como forma de enquadramento, foi investigada a totalidade de notícias publicadas no ano de 2019 pela imprensa portuguesa, filtrando-se os resultados apenas em função da data, âmbito e de acordo com cada descritor. Só posteriormente foram feitas as pesquisas aplicando todos os filtros acima mencionados, inclusive, o filtro «OCS» – referente aos jornais diários em causa.

Foram conduzidas 16 pesquisas no total.

Em relação à primeira pesquisa, realizada com o descritor **bombeiros**, esta revelou 2935 notícias, tendo estas sido reduzidas a 518 ao ser selecionado os «OCS» pretendidos (jornais Correio da Manhã, Diário de Notícias e Jornal de Notícias). O mesmo procedimento foi adotado para os restantes descritores, pelo que obtivemos os seguintes resultados: **clima**, 4071 notícias, das quais 398 nos jornais em análise; **greve geral**, 1764 notícias, das quais 324 nos jornais em análise; **manifestação**, 2935 notícias, das quais 518 nos jornais em análise; **polícia**, 15515 notícias, das quais 8347 nos jornais em análise; **policimento**, 1364 notícias, das quais 193 nos jornais em análise; **protesto**, 1364 notícias, das quais 193 nos jornais em análise; **psp**, 23201 notícias, das quais 8347 nos jornais em análise.

Em suma, obtiveram-se 387693 notícias publicadas pela imprensa portuguesa, sendo que apenas foram destacadas 20059 referentes aos jornais em exame. Como já foi referido, as novas funcionalidades da plataforma CISION possibilitam que a recolha de notícias não seja repetida, pelo que foram selecionadas 307 notícias referentes aos eventos em estudo: seis referentes à manifestação de 14 de janeiro; 94 relativas à manifestação de 21 de janeiro; 11 em

relação à de dia 10 de maio; 137 respeitantes à greve que começou dia 12 de agosto; 21 atinentes ao evento de 27 de setembro; e, 38 no que toca à manifestação de dia 21 de novembro.

Destas 307, apenas 46 dizem respeito ao nosso *corpus*, ou seja, fazem menção à atuação policial (vd. Anexo 2). Assim, obtivemos duas notícias (do CM e JN) respeitantes à Manifestação dos bombeiros sapadores, nove (4 do JN, 4 do CM e 2 do DN) acerca da Manifestação dos moradores do bairro da Jamaica, duas (do JN e CM) relativas à Manifestação Nacional da Administração Pública, 14 (8 do CM, do 6 JN e 1 do DN) atinentes à Greve dos motoristas de matérias perigosas, três (1 do CM e 2 do JN) tocantes à Manifestação climática e, finalmente, 13 (7 do CM e 6 do JN) concernentes à manifestação das forças de segurança.

Uma vez resolvida a seleção das notícias e determinado o nosso *corpus*, passou-se à análise do seu conteúdo. Utilizámos a grelha de Henriques (2014), embora mantendo um procedimento misto de análise (Pais, 2004) para salvaguardar a necessidade de adaptação da grelha face a unidades de registo que não pudessem ser codificadas nas categorias e subcategorias existentes.

## Capítulo III – Apresentação e discussão dos resultados

### 1. Visão Geral

Sumariamente, foram obtidas e contabilizadas 1708 u.r. (vd. Anexo 4), pelo que, em seguida, foram interpretadas como forma de deduzir conclusões que respeitem o enquadramento teórico e respondam às questões de investigação previamente colocadas e que nortearam a presente investigação.

Do *corpus* apresentado, relembremos o facto de que não existe uma distribuição uniforme entre as notícias que o compõem. De facto, fazem parte do mesmo 22 notícias do CM, 21 do JN e apenas três do DN. A discrepância verificada na falta de notícias publicadas pelo DN poderá estar relacionada com o facto de o mesmo ter alterado a sua periodicidade de publicação. Recorde-se que em 2018 a publicação do DN passou a ser semanal, como resultado de um decréscimo bastante significativo das vendas e, inclusivamente, de receitas de publicidade. Na atualidade, a sua cobertura diária cinge-se ao formato *online*.

No que concerne aos eventos mais noticiados, a Greve dos motoristas de matérias perigosas e Manifestação das Forças de Segurança originaram 28 notícias num total de 46 (60,8%). Efetivamente, estes foram os eventos alvos de uma maior cobertura mediática que, inclusive, não se cingiu à duração do evento, tendo perdurado no tempo.

As 46 notícias analisadas originaram 1708 unidades registo (u.r.) (vd. Anexo 4) distribuídas pelas respetivas categorias, sendo a mais representativa a categoria “Enquadramento e Descrição”, seguindo-se da categoria “Manifestantes” (A = 13,5%) e a categoria “PSP” (B = 12,6%). categoria “Discurso Indireto” (E = 12,1%); categoria “Discurso Direto” (C = 10,8%); categoria “Instâncias” (D = 10,3%); e, por fim, categoria “Sistema Explicativo Espontâneo” (G = 8,6%). À semelhança do gráfico seguinte, a distribuição das u.r. em função das categorias e subcategorias será feita de forma percentual (com uma casa decimal), numa lógica crescente e de fácil interpretação.

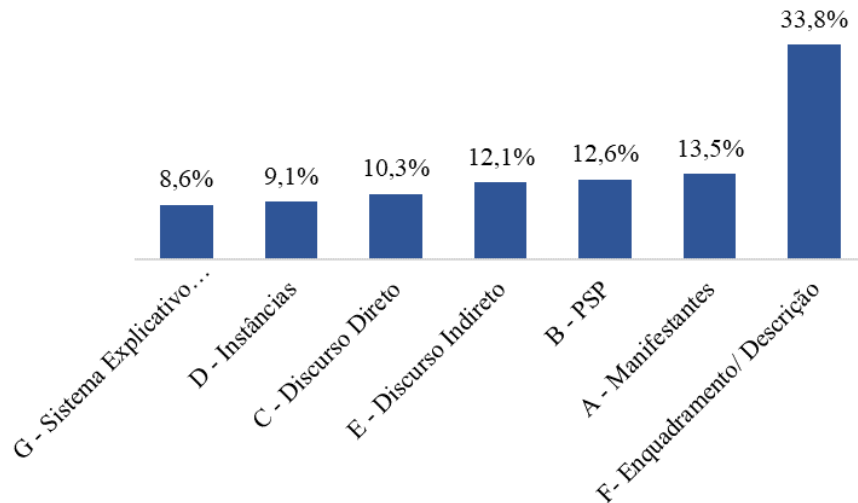


Figura 1. Ocorrência percentual das categorias

Como se pode observar através da Figura 1, o foco noticioso é colocado sobre o enquadramento e descrição dos eventos (a categoria F – Enquadramento/ Descrição é, de longe, a mais prevalente). Depois, os participantes nos eventos, nomeadamente, manifestantes e polícias merecem também relevo (26,1%), sendo que aproximadamente uma em cada quatro u.r. das notícias refere-se aos participantes. Em comparação com outros estudos, a mesma encontra-se em clara ascensão desde 2011, assumindo no ano de 2013 a prevalência enquanto ponto dominante do discurso, o que levou Henriques (2014) a avançar um valor de 29,6% para a mesma. Destacando-se ainda mais no presente estudo, os dados apontam para uma evolução da construção jornalística, sobremaneira, objetiva e detalhada quanto aos acontecimentos.

Ainda que apresentem valores bastante próximos, no ano de 2019, os OCS deram prevalência à transcrição das declarações dos intervenientes, relatando os factos, preferencialmente, através do discurso indireto, tal como foi verificado por Machado (2012), contrariando, contudo, a tendência apurada por Henriques (2014) e Santos (2013). Na verdade, o recurso alternado entre o discurso direto e o discurso indireto, surge numa lógica de complemento da descrição/caracterização, já que somadas, estas categorias nem se aproximam do Enquadramento/ Descrição do evento.

Como forma de terminar este panorama geral, importa relevar que no ano de 2019 os OCS apresentaram um discurso aparentemente isento e objetivo, pouco suscetível de segundas interpretações através da utilização de termos dúbios, o que pode ser comprovado pelo baixo valor da categoria Sistema Explicativo Espontâneo, por oposição ao valor apontado por Henriques (2014).

Seguidamente, iremos apresentar a distribuição pelas subcategorias que será organizada da seguinte forma: origem/fontes da informação; eventos; e, participantes nos eventos.

## 2. Fontes da informação

Ao longo deste estudo abordámos vários aspetos do trabalho jornalístico, sendo que um dos mais importantes se prende com o recurso a “fontes credíveis” (Sousa, 2001, p. 46). Efetivamente, o poder informativo de um jornal está intimamente relacionado quer com a diversidade, quer com a qualidade das fontes (Fontcuberta, 1999). Neste sentido, a presente secção analisa as fontes utilizadas bem como o discurso que apresentam.

Da análise da Figura 2, começamos por analisar a distribuição das subcategorias do discurso indireto, simplesmente porque prevalece face ao discurso direto. Os atores com maior destaque são os sindicatos (E.8 = 22,3%, e.g., “o Sindicato Independente acusou a polícia de impedir a distribuição de panfletos aos motoristas, mas garantiu que iria cumprir os serviços mínimo” – notícia 18), os manifestantes (E.1 = 18,0%, e.g., “um oficial, a prestar serviço do Grande Porto e que trouxe uma camisola do M0, explicou ao JN que o movimento foi criado para unir os polícias” – notícia 39).

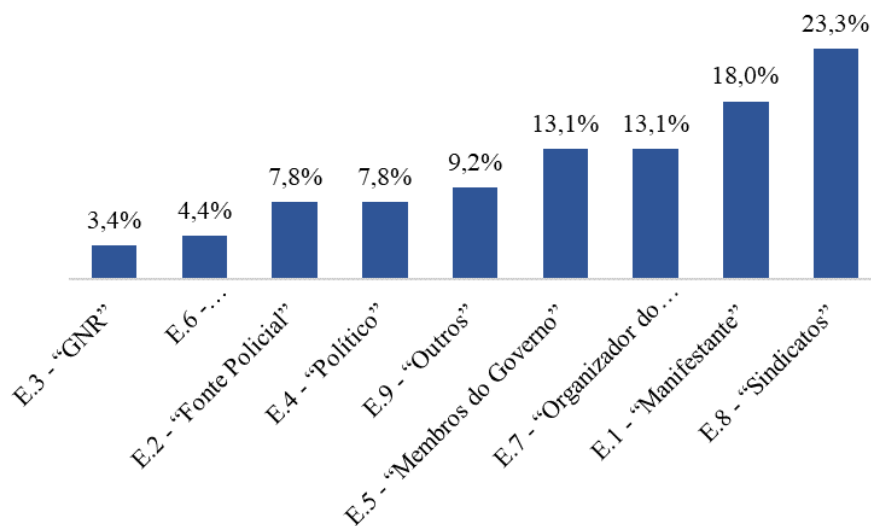


Figura 2. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Discurso Indireto

Destacamos os sindicatos, uma vez que o valor excedeu as expectativas, facto que possivelmente se prende com a forte presença sindicalista na grande maioria das manifestações em análise, nomeadamente, a da Função Pública, dos motoristas de matérias perigosas e das Forças de Segurança. No caso dos manifestantes, o seu valor já era expectável, uma vez que se encontra na linha do que foi verificado por Henriques (2014). No que concerne ao teor das suas declarações, importa destacar que em 16,2% delas são feitas críticas referentes à atuação policial (e.g., “onde se ouviram pessoas a dizer que a intervenção da Polícia no dia anterior, no Bairro da Jamaica, foi excessiva” – notícia 3). Relativamente aos organizadores do evento, a sua relevância está associada ao desempenho deste papel por parte de sindicalistas, o que acabou por provocar uma maior expressão desta subcategoria, tendo como exemplo a manifestação das Forças de Segurança (e.g., “«(...) voltaremos aqui no dia 21 de janeiro»”, foi o aviso feito pelos organizadores do protesto - os dois principais sindicatos da PSP e GNR”, notícia 36).

Relativamente a estas subcategorias, importa destacar os Membros do Governo, uma vez que apresentam um valor significativo e igual aos organizadores dos protestos, porém apenas falaram da polícia em 7,41% das u.r. registadas, nunca o fazendo de forma crítica ou depreciativa (e.g., “já o Ministério da Administração Interna informou que foram mobilizados 158 elementos da PSP e da GNR”, notícia 29). Quanto às fontes policiais, o valor obtido foi bastante baixo em comparação com os restantes intervenientes, significando que a PSP não está a ter oportunidade de se destacar de entre os demais. Enquanto que em 2012 e 2013 a fonte policial, em discurso indireto, era a preferida, em 2014 deixou de o ser. No ano de 2019 o seu recurso foi ainda menor. Segundo o raciocínio de Fontcuberta (1999) tudo isto poderá indicar que é reconhecida cada vez menos credibilidade à PSP ou, simplesmente, esta está a adotar uma estratégia que se esquia à exposição da sua versão. Da análise feita ao seu discurso indireto, quando é mencionado, é numa grande parte das vezes, vocacionado para a apresentação dos motivos e resultados da sua atuação, sobrepondo-se claramente aos detalhes relativos à descrição da atuação (86,7%, e.g., “Em conferência de imprensa ao início da noite, a PSP informou que vários agentes ficaram feridos na sequência da intervenção na Baixa de Lisboa”, notícia 37).

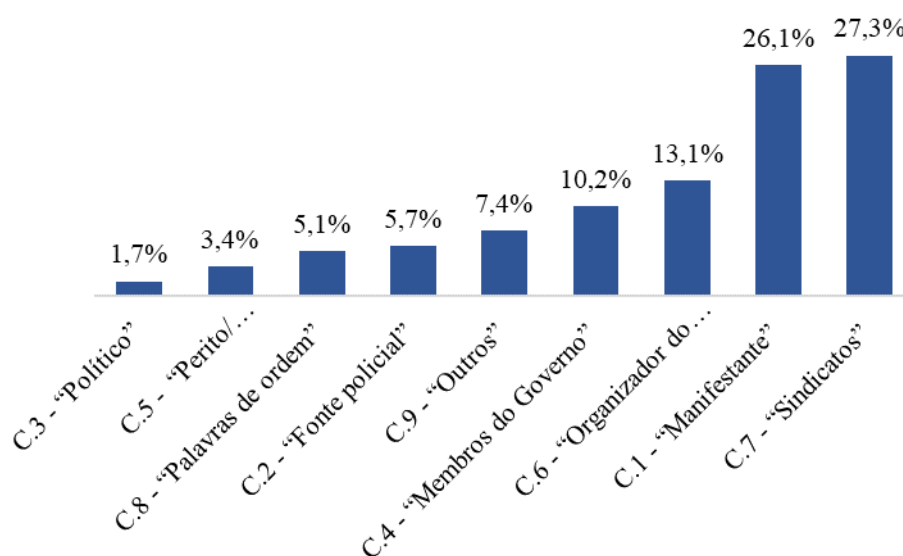


Figura 3. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Discurso Direto

No que ao discurso direto diz respeito, como se pode verificar na Figura 3, uma vez mais os sindicatos (C.7 = 27,3%, e.g., “Peixoto Rodrigues, presidente do Sindicato Unificado da Polícia de Segurança Pública, diz que as mesmas [*bodycams*] «podem ajudar a esclarecer como os cidadãos reagem ao trabalho da PSP»” notícia 4) e os manifestantes (C.1 = 26,1 %, e.g., “«Nós não queremos aumentos de salários, nem viemos aqui pedir nada. Só não queremos é que não nos tirem nada», garante o bombeiro sapador”, notícia 2) são os intervenientes com maior número de intervenções, perfazendo mais de metade do total de u.r. desta categoria (53,4%). De ambos os grupos, apenas se verificou uma u.r. em que era, de forma explícita, criticada a intervenção da PSP no decorrer do evento, no sentido de restringir, nomeadamente, o direito à manifestação (e.g. “[José correia afirma que] foi «difícil de avaliar, uma vez que a Polícia barrou o caminho para a residência do primeiro-ministro»”, notícia 14). Apesar disso, a grande parte das declarações dos manifestantes no decorrer da manifestação dos moradores do bairro da Jamaica tinham como tónica os motivos que levaram à convocação da mesma. Assim, é criticada repetidamente a intervenção da PSP no âmbito da intervenção no bairro em apreço. Destacamos a importância destes dados uma vez que permitem aferir que os atores que mais têm oportunidade de expressar a sua opinião, fazem-se, fundamentalmente, acerca das suas reivindicações, não sendo a crítica negativa à atuação policial o seu foco (Pais et. al, 2015).

Destacamos a subcategoria “Outros”, onde se incluem as piores declarações em relação à atuação da polícia, especificamente, quanto à manifestação dos moradores do bairro da

Jamaica (e.g., “[Salaviza] referiu «a atitude racista da policia» e os insultos dirigidos por esta a manifestantes”, notícia 13). De facto, as declarações do realizador João Salaviza que acompanhou o protesto, compõem as únicas u.r. onde são tecidos comentários pejorativos à atuação da PSP no decorrer da manifestação.

Tal como se sucedeu no discurso indireto, também nesta categoria a Polícia registou um baixo número de u.r. em comparação com os restantes atores, significando que continua a ter menos oportunidades para expor a sua versão dos acontecimentos. O seu discurso versa, fundamentalmente, na apresentação dos motivos que levaram à atuação policial assim como os seus resultados (80,0%, e.g., "suspeito de ter atingido com uma pedra na boca um agente"- notícia 3).

Para melhor compreender o discurso veiculado por estes OCS, após termos analisado o discurso dos vários participantes, é pertinente atender às instâncias que são, da mesma forma, mencionadas.

Com recurso à Figura 4, é possível verificar a disposição de u.r. nesta categoria, destacando-se o Governo (D.1 = 39,7%, e.g., “Que gesto indigno dado por um governo que demonstra, sem pudor, medo da sua própria polícia”, notícia 16), segue-se a Assembleia da República (D.2= 27,6%, e.g., “manifestação que ontem juntou 15 mil polícias em frente à Assembleia da República” , notícia 36) e outras Instituições (D.5= 22,4%, e.g., “Um relatório da ONU divulgado esta semana alerta para as consequências das alterações climáticas”, notícia 31).

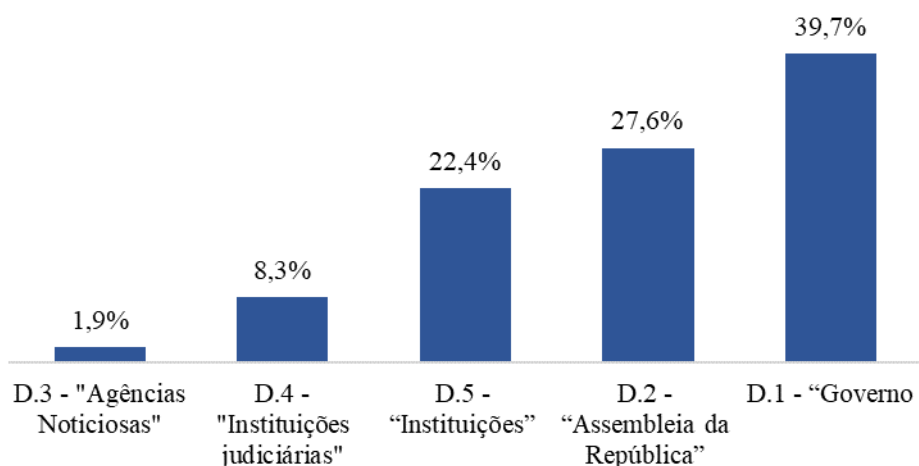


Figura 4. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Instâncias

Mais do que apresentar estes resultados, importa refletir sobre o porquê desta distribuição. Assim sendo, da análise das u.r. podemos sugerir como justificação para a prevalência da subcategoria Governo o facto de ser muitas vezes mencionado pelos manifestantes na apresentação das suas reivindicações (e.g., “Trabalhadores da Função Pública consideram «inadmissível que Governo tenha dinheiro para tudo menos para quem mantém serviços a funcionar»”, notícia 14). Destacamos, não pela sua expressividade, mas pela sua importância, as Instituições Judiciárias que, no âmbito das detenções efetuadas e subsequentes processos judiciais, são enunciadas. Note-se o caso dos detidos na manifestação dos moradores do bairro da Jamaica, onde foi feita a cobertura mediática do seu julgamento. Assim, denota-se um interesse do público pelo acontecimento, motivo pelo qual os OCS continuam o acompanhamento e exploração das consequências. Em comparação com a investigação realizada por Henriques (2014), é possível verificar que as instituições assumem as mesmas posições, apresentando valores que são semelhantes. Não obstante, Machado (2012) e Santos (2013) apresentaram valores diferentes, uma vez que à época houve um grande mediatismo em torno da “recolha de dados sobre a avaliação da actuação policial, pela IGAI e dos resultados da actuação policial, mais concretamente das detenções e identificações efectuadas, posteriormente remetidas ao MP e ao DIAP” (Santos, 2013, p. 51).

Sabendo que o discurso jornalístico “deve ser pautado pelo retrato fiel da realidade” (Henriques, 2014, p. 45), a categoria Sistema Explicativo Espontâneo inclui todas as discussões subjetivas utilizadas para relatar as ocorrências em grandes eventos.

Relembrando os dados obtidos na Figura 1 (Ocorrência percentual de cada categoria), a categoria “G” possui uma baixa representatividade que se relaciona com um discurso isento, isto é, sem transparecer a opinião do jornalista e preocupado quanto à descrição dos factos. Resultado diferente, foi o obtido por Henriques (2014) em que esta categoria se encontrava em destaque, já que o corpus englobava um grande número de artigos de opinião.

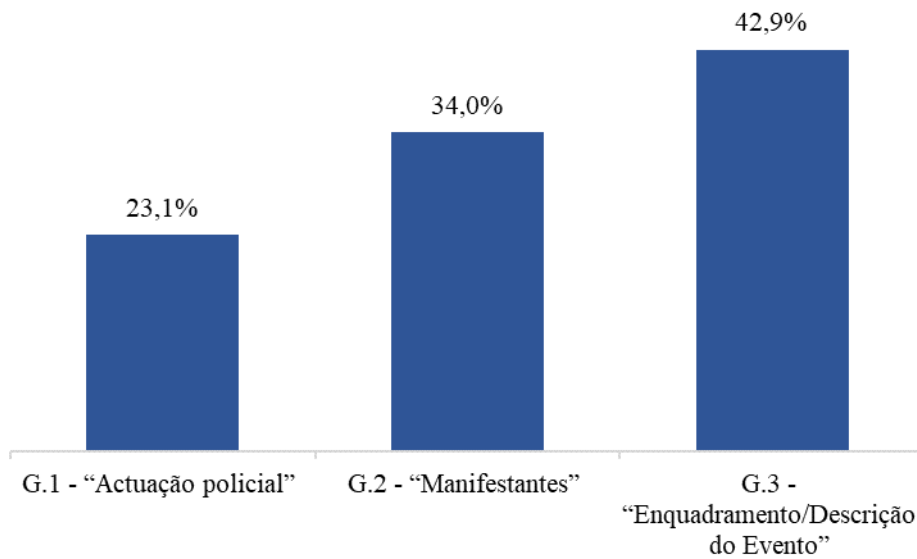


Figura 5. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Sistema Explicativo

Na Figura 5 pode verificar-se que prevalecem as expressões subjetivas relativamente ao Enquadramento/ Descrição do Evento (G.3= 42,8% e.g., “Caos e tiros a seguir a guerra no «Jamaica»”, notícia 5). Com menor expressão, surgem as subcategorias Manifestantes (G.2= 34,0%, e.g., “Dois fura-greves foram insultados; os restantes circularam em marcha lenta, lembrando estarem obrigados a cumprir os serviços mínimos”, notícia 18) e a Atuação Policial (G.1=23,1%, e.g., “A Polícia portuguesa tem que ser obrigada a olhar para dentro”, notícia 38).

Apesar de o valor desta categoria ser pouco representativo, é pertinente referir que na subcategoria “G.1- Atuação Policial”, 16% das u.r. contêm linguagem depreciativa relativamente à atuação da PSP (e.g., “Salaviza testemunha desprezo da PSP e comentários racistas”, notícia 11).

### 3. Os eventos

A presente secção, engloba apenas uma categoria (“F- Enquadramento/ Descrição”), no entanto é aquela que apresenta maior número de u.r. e reporta-se à descrição ou à caracterização do evento, independentemente do interveniente que transmite essa informação.

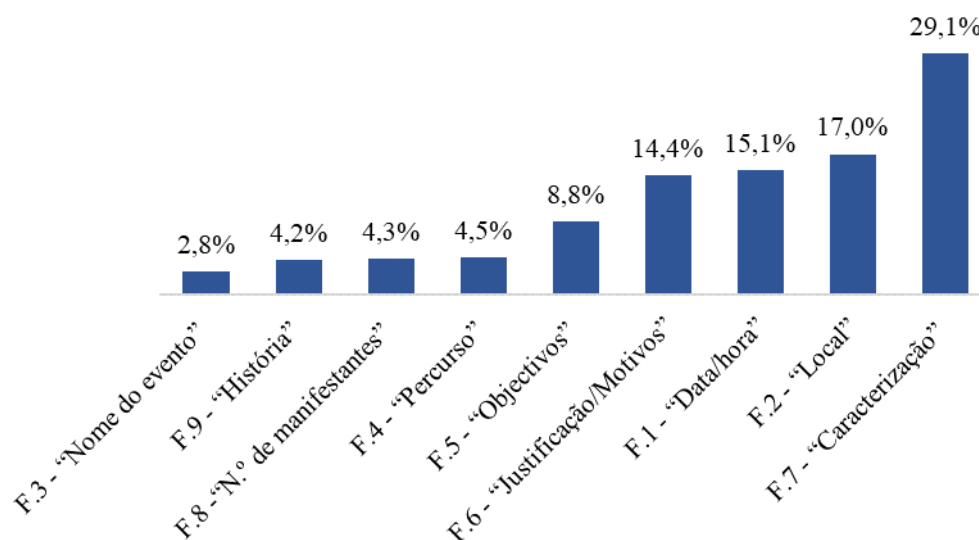


Figura 6. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Enquadramento/ Descrição

Com base na Figura 6, a subcategoria relativa à “Caracterização” apresentou o valor mais elevado (F.7= 29,1%, e.g., “O protesto [dos bombeiros sapadores] foi marcado por alguns momentos tensos e ainda a promessa de uma manifestação nacional para quinta-feira”, notícia 2) correspondendo às expectativas iniciais, uma vez que é essa a demonstração das anteriores investigações de Machado (2012), Santos (2013) e Henriques (2014). Assim, parece existir uma tendência no discurso dos jornais para proceder, essencialmente, a uma descrição do ambiente ou forma como decorreu o evento. Aliás, corroborando este resultado, Correia (cit. in, Santos, 2013) refere que o jornalista da imprensa escrita deve “procurar o máximo de pormenores para fundamentar a sua notícia e ter capacidade para fazer a sua contextualização (...) devido às características deste meio de comunicação” (p.53).

Segue-se a subcategoria “Local” (F.2= 17,0%, e.g., “Na capital, milhares desfilaram em defesa do clima.”, notícia 32), enquanto segunda mais prevalente, à semelhança do que foi verificado por Machado (2012), Santos (2013) e Henriques (2014). Apontamos como possível justificação para este facto, à semelhança de Machado (2012), o facto de a Greve dos motoristas de matérias perigosas possuir um grande peso no nosso *corpus*, tendo ocorrido em diversos locais do país e existindo a necessidade de especificar o local sobre o qual a notícia versava (e.g., “Formam-se piquetes de greve em Aveiras (Lisboa) e Leça (Matosinhos), mas não travaram a saída de motoristas, com escolta das Forças de Segurança”, notícia 18). Outro

motivo que pode explicar este resultado prende-se com o facto da manifestação das Forças de Segurança, bem como a manifestação dos moradores do bairro da Jamaica, terem ocorrido em várias pontos e artérias importantes da cidade de Lisboa (e.g., respetivamente, “A concentração está marcada para as 13 horas, na Praça do Marquês de Pombal, segue pelas ruas Braamcamp, Alexandre Herculano, Largo do Rato e São Bento até chegar ao Parlamento”, notícia 34; “Jovens dispersam do Terreiro do Paço e começam a subir a avenida da Liberdade em direção ao Marquês de Pombal”, notícia 5). No que diz respeito à subcategoria “data/hora” (F.1= 15,1%, e.g., “A agitação começou bem cedo: às 07:48 horas, quando os camiões cisterna entraram para abastecer, ouviram-se os primeiros protestos”, notícia 18), que também permite esclarecer o leitor sobre a circunstância da manifestação, o valor obtido pode estar relacionado com a componente descritiva já mencionada relativamente à subcategoria “F.2- Local”.

No que concerne à “justificação/ motivos (F.6= 14,4%, e.g., “Dez anos, vários governos, dezenas de milhares de homens e de mulheres (polícias) que esperam decisões que já deviam ser velhas”, notícia 42), bem como aos “objetivos” (F.5= 8,8%, e.g., “Os bombeiros sapadores exigem um «salário consoante o risco da profissão» e «um limite de idade adequada para a reforma, sem cortes»”, notícia 1), o facto de apresentarem valores medianos sugere falta de interesse por parte dos OCS para divulgar as razões que estão na base da organização do evento. Em jeito de curiosidade, trazendo à colação os resultados obtidos, quer no discurso direto (C.1), quer no indireto (E.1), o facto de se ter dado “voz” aos manifestantes não se demonstra diretamente proporcional à exposição de argumentos e motivos que fundamentem o evento.

Não obstante o resultado diminuto da subcategoria “F.9”, pelo facto de existirem algumas u.r. que a integram, justifica a sua implementação por Henriques (2014), uma vez que não se poderiam enquadrar em qualquer outra das categorias.

#### 4. Os participantes nos eventos

Seguidamente, apresentar-se-ão as categorias que reportam aos principais intervenientes dos eventos (os manifestantes e os polícias), centrando-se nas características dos mesmos assim como nas razões de ordem social, política e/ou ideológica que fundamentem essa participação.

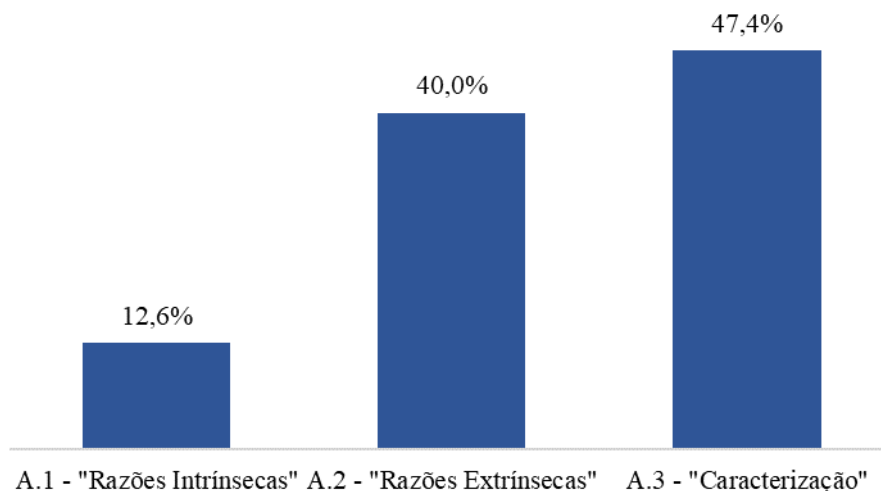


Figura 7. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Manifestantes

Como pudemos depreender da Figura 1 (ocorrência percentual de cada categoria), a categoria relativa aos “Manifestantes” (A) é a segunda mais representativa, pelo que podemos reconhecer que os OCS demonstram interesse em abordar estes intervenientes.

A Figura 7 permite constatar que o maior enfoque é dado à caracterização e à sua participação no evento (“A.3” = 47,4%, e.g., “Centena e meia de moradores da Margem Sul fizeram protesto no Terreiro do Paço e apedrejaram a PSP, carros e lojas”, notícia 4). Deste modo, à semelhança daquilo que já foi referido em relação ao enquadramento/ descrição (“F”) do evento, também aqui se constata um discurso eminentemente descritivo. Henriques (2014) confrontou-se com resultados similares tendo-os justificado pelo facto de “os manifestantes [serem] os principais intervenientes nos grandes eventos, e [estarem] junto dos centros de conflito, pelo que a descrição da sua atuação será naturalmente elevada” (p.49).

Quanto aos motivos de ordem social, política e/ou ideológica apresentados como justificativos para a participação dos manifestantes nos eventos (“A.2” = 40,0%, e.g., “Milhares nas ruas pela urgência da mudança do futuro do planeta”, notícia 32), o valor verificado é bastante superior ao que tem sido apresentado em estudos anteriores (Henriques, 2014; Machado, 2012; Santos, 2013). Esta circunstância pode encontrar justificação no facto dos

manifestantes serem dos intervenientes mais privilegiados no que diz respeito aos discursos direto e indireto (“C.1” e “E.1”).

Por outro lado, as u.r. que dizem respeito aos motivos pessoais ou relativos à família apresentados como justificativos para a participação nos eventos (“A.1” = 12,6%, e.g., “«Estou a lutar pelo meu futuro, o dos meus filhos e dos filhos deles», diz Maria Gonçalves, 16 anos”, notícia 31), tal como foi verificado por Henriques (2014) e Santos (2013), apresentam o valor mais reduzido em relação às restantes subcategorias. De um modo geral, podemos, da mesma forma, aferir que os jornais destacam mais os motivos que levaram os participantes a se juntarem ao protesto, do que os preocupa na sua esfera privada.

Seguidamente, abordar-se-á toda a informação relacionada com a Polícia (Figura 8), veiculada por qualquer um dos atores já mencionados, categoria que, por força da definição do *corpus*, surge como terceira mais significativa no panorama geral da ocorrência percentual de cada categoria.

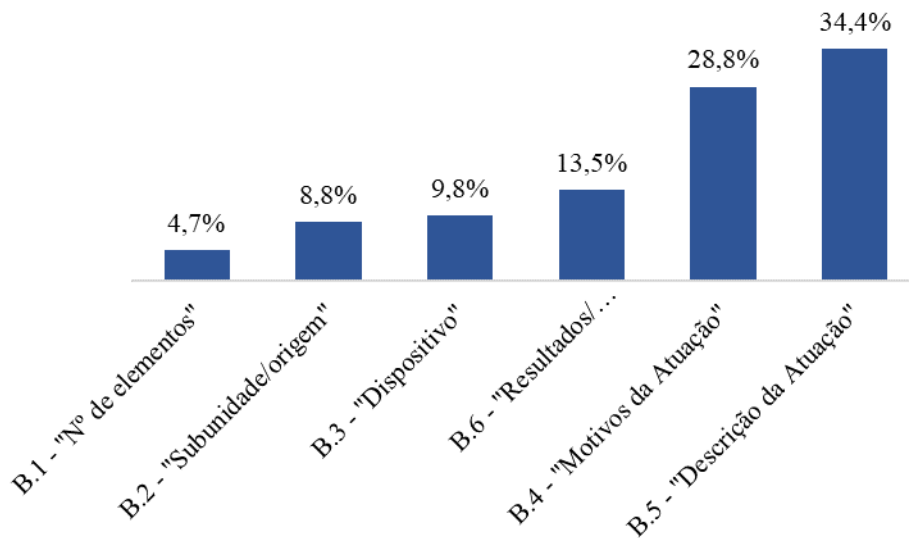


Figura 8. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria PSP

No que concerne às u.r. que descrevam e caracterizem a atuação policial (“B.5” = 34,4%, e.g., “A Polícia procura controlar a ocupação da faixa de rodagem e travar a danificação de carros, disparando balas de borracha”, notícia 7), estas contemplam cerca de um terço das u.r. relativas à Polícia, assim como é patente na investigação de Machado (2012). Estes resultados permitem evidenciar a tónica descritiva do discurso dos OCS que se verificaram nas restantes categorias. Importa destacar que apenas 14,9% das u.r. apresentam críticas negativas

relativamente à atuação policial (e.g., “já da parte da PSP, o cineasta ouviu comentários "sexistas e racistas" e viu uma atitude de «desprezo» para com os manifestantes, que eram tratados por «tu»”, notícia 7).

Segue-se a apresentação dos motivos da atuação (“B.4” = 28,8%, e.g., “Em Lisboa, os manifestantes (...) que bloqueavam a circulação, num cenário de concentração ordeira onde não faltam tendas de campismo no meio da estrada que cortaram a Almirante Reis”, notícia 32), segunda subcategoria mais representativa, que em comparação com as investigações anteriores se constitui como um valor mais elevado. Nesta senda, o facto de os OCS divulgarem os preceitos da intervenção policial, pode contribuir para uma melhor compreensão e legitimação dessa referida ação. Desta forma, poder-se-á contrariar o *modus operandi* apresentado por Henriques (2014), segundo o qual “a atuação dos agentes da autoridade e as consequências a que dão origem não têm uma correspondente justificação das causas que despoletaram a sua ação” (p.50).

No respeitante à informação relacionada com os resultados ou consequências da atuação policial, tais como detenções, feridos ou notificações (“B.6” = 13,5%, e.g., “Para já, a violação dos serviços mínimos levou à identificação de 14 motoristas, sujeitos à acusação do crime de desobediência”, notícia 21), os resultados obtidos são sobremaneira inferiores aos verificados pelas restantes investigações (Henriques, 2014; Machado, 2012; Santos, 2013). Em relação a esta aferição, podemos apontar como possível justificação o facto de os eventos em análise terem registado menor número dos exemplos em apreço.

A subcategoria referente ao dispositivo utilizado pela polícia (“B.3” = 9,8%, e.g., “aquela força de segurança [GNR] e a PSP puderam usar mais de 30 câmaras fixas enquanto se manteve a greve”, notícia 30) reuniu um valor baixo, de forma semelhante ao que Henriques (2014) havia verificado. Também com uma representatividade baixa são feitas referências à subunidade de origem (“B.2” = 8,2%, e.g., “como reforço da prevenção, as unidades musculadas das Forças de Segurança estarão prontas a intervir”, notícia 16). Estes resultados podem ser explicados, como refere Santos (2013) dado “os jornalistas não estarem familiarizados com os termos técnicos corretos relativos à atividade policial” (p.56).

Finalmente, a subcategoria com representatividade mais residual reporta-se ao número de elementos policiais presentes (“B.1” = 4,7%, e.g., “(...) dezenas de operacionais foram destacados. O Comando da PSP não esclareceu quantos”, notícia 3).

## Capítulo IV – Conclusões

Ao longo desta investigação foi possível constatar a extrema preponderância dos OCS nas sociedades em geral, e na portuguesa em particular, cuja ação pode influenciar “a tomada de decisão do público” (Mealha, 2009, p.28). Levando isto em consideração, procurámos perceber o discurso dos jornais relativamente à ação policial no ano de 2019 em eventos de cariz político.

Previamente à conclusão propriamente dita, tomámos como conveniente explicar os eventos, destacando em que momentos se mostrou necessária a intervenção da PSP. Em primeiro lugar, a manifestação dos bombeiros sapadores que, em janeiro, protestaram em frente ao Ministério do Trabalho e Segurança Social, onde se “viveram momentos de tensão, mas sem violência” (notícia 1). Os manifestantes tentaram, ainda, invadir o Ministério em apreço, exigindo a intervenção da PSP para que fossem impedidos, tendo afinal desmobilizado “a custo (...) [e com] uma pequena escaramuça com a PSP” (notícia 2).

Também no mês de janeiro, realizou-se a manifestação dos moradores do bairro da Jamaica que decorreu na baixa de Lisboa. Iniciando-se em frente ao Ministério da Administração Interna, para “protestar contra aquilo que consideram ter-se tratado de violência policial - na sequência da intervenção filmada no Bairro da Jamaica, Seixal” (notícia 3), alguns manifestantes dispersaram em direção ao Marquês de Pombal. Durante esse percurso, os manifestantes provocaram danos em viaturas e arremessaram pedras à PSP (e.g., “houve arremesso de pedras de um lado e, em resposta, disparos de balas de borracha do outro”, notícia 4). Em suma, este protesto culminou com a intervenção da PSP como forma de fazer cessar os incidentes, resultando na detenção de quatro jovens.

No mês de maio, decorreu uma grande “manifestação de protesto, em Lisboa, contra a «falta de palavra do Governo» no que respeita à Função Pública” (notícia 14). Neste evento, no que toca à PSP, apenas foi feita menção ao facto de esta ter impedido os manifestantes de acederem à residência oficial do Primeiro Ministro (e.g., “Polícia barra caminho para a residência do primeiro-ministro”, notícia 14).

Representando a manifestação que mais contribuiu para o nosso *corpus*, no que ao número de notícias diz respeito, a greve dos motoristas de matérias perigosas levou ao empenhamento, não só das Forças de Segurança, mas também das Forças Armadas no transporte destas matérias. Num primeiro momento, as forças de segurança tinham montado um

“forte dispositivo de vigilância em todo o país para assegurar que a greve de motoristas (...) [decorresse] sem incidentes e que (...) [fossem] cumpridos os serviços mínimos” (notícia 16). Ainda que o Governo tenha garantido previamente que iriam ser cumpridos esses serviços mínimos, houve necessidade de, ainda no primeiro dia de greve, formalizar o anúncio de requisição civil. Neste sentido, muito se debateu acerca desta restrição do direito à greve que motivou algumas diligências (e.g., “quatro motoristas foram ontem surpreendidos por elementos da GNR que os identificaram e ameaçaram com prisão caso não os acompanhassem ao local de trabalho e iniciassem os serviços para os quais estavam escalados”, notícia 21).

A nossa investigação teve como objetivo dar resposta a quatro questões: Será verídico o agendamento por parte dos OCS? Qual a perceção que os OCS transmitem dos policiamentos de grandes eventos, que auxilie a elaboração futuros planeamentos? Existem diferenças entre o discurso da imprensa escrita veiculado no ano de 2019 e os anos de 2011, 2012 e 2013? Estará a alteração do paradigma dos protestos políticos (2011, 2012 e 2013 e em 2019) relacionada com motivos de índole social, histórica e/ou política?

Relativamente à primeira, cujo objetivo se prende em verificar um possível agendamento por parte dos OCS, importa referir que a extensa cobertura mediática à manifestação dos motoristas de matérias perigosas alicerçou-se nos acontecimentos análogos ocorridos em abril. A manifestação em si acabou por não atingir as expectativas criadas, porém foi um assunto que marcou a ordem do dia de grande parte da população, criando uma onda de incerteza que originou uma nova vaga de afluência aos postos de combustíveis. Neste sentido, é possível aferir que o discurso veiculado pelos OCS acabou por influenciar a opinião pública, ainda que o governo garantisse a permanência dos serviços mínimos.

No que concerne à perceção que os OCS transmitem dos policiamentos de grandes eventos, esta pode ser aferida a partir dos principais resultados obtidos com a análise de conteúdo. Neste sentido, a tendência do discurso dos jornais em análise verificou-se, predominantemente, descritiva, onde constam, embora menos focados, os motivos da atuação, assim como os resultados alcançados, evidenciando um interesse em compreender e legitimar a atuação policial, o que poderá levar a um melhor entendimento do rol dos acontecimentos. Foi possível perceber, entretanto, que os jornalistas tentaram relatar os eventos tal como aconteceram, evitando apresentar juízos de valor ou interpretações.

No respeitante aos interlocutores, constatou-se que estes são ouvidos alternadamente em ambos os tipos de discurso (direto e indireto), sendo dada prevalência aos sindicatos e

manifestantes. Em discurso direto, considerando novamente os sindicatos e os manifestantes, apenas é criticada a atuação policial numa única ocasião. Já em discurso indireto, os sindicatos apenas fazem uma crítica explícita, contudo, os manifestantes em quase um quarto das ocasiões emitem juízos de valor negativos no que tange à atuação policial. Ou seja, neste caso, os jornalistas optaram por não apresentar as críticas à atuação policial de viva voz, usando as suas próprias palavras para o fazer.

O discurso proveniente da polícia foi, entretanto, bastante menos apresentado quando comparado com os principais intervenientes nas manifestações, sendo que quando lhe é “dada voz”, aborda, fundamentalmente, os motivos que fundamentam a sua intervenção, bem como os resultados. Vendo a partir do prisma das fontes de informação, constatámos que à PSP é dada muito menos vezes a oportunidade de expor a sua versão, quando comparada com os anos de 2011 e 2012. Quando é dada oportunidade à PSP para falar, esta foca o seu discurso nas motivações e resultados, descrevendo muito poucas vezes a sua atuação. Com base no raciocínio de Fontcuberta (1999), das duas uma, ou é opção da própria PSP ou é-lhe reconhecida cada vez menos credibilidade por parte dos OCS.

Considerando os principais constituintes discursivos veiculados pelos OCS em estudo no ano de 2019, procedeu-se a uma tentativa de identificação das principais alterações que se verificaram em comparação com os dados recolhidos por Henriques (2014), Santos (2013) e Machado (2012), entre 2011 e 2013.

Como foi possível aferir no capítulo da apresentação e discussão de resultados, o ano de 2019 foi marcado pela tendência discursiva descritiva. Na verdade, verificou-se uma acentuação desta tónica desde 2011.

Em 2012 (e face ao ano anterior) verificou-se um aumento brusco no que diz respeito à menção da PSP nas notícias, tendo como justificação as manifestações que ocorreram nesse ano e onde se verificou uma escalada dos níveis da força por parte da polícia para repor a ordem pública. Santos (2013) assinala, efetivamente, as manifestações de 22 de março (confrontos no chiado) e de 14 de novembro (arremesso de pedras por parte de manifestantes em frente à Assembleia da República). Tudo isto, “leva a supor que os OCS têm tendência a focar muito mais a PSP quando esta está envolvida em confrontos” (Ribeiro, 2015, p. 43), fundamentando o decréscimo acentuado desde 2011 a 2013. No presente estudo, e em comparação com o ano de 2013, houve um ligeiro aumento na tendência para focar a PSP, o que poderá ter que ver com os confrontos verificados na manifestação dos moradores do bairro da Jamaica. Por outro

lado, a manifestação das Forças de Segurança também trouxe, necessariamente, à colação a PSP.

No que tange aos tipos de discurso utilizados no ano de 2019, existiu uma constante alternância entre o discurso direto e o discurso indireto, havendo uma ligeira prevalência da adaptação das informações das fontes, isto é, do segundo. Este facto apenas se assemelha aos dados registados em 2011, demonstrando que a tipologia discursiva varia ao longo do tempo, possivelmente em função de fatores sociais, económicos e políticos. Assim, não obstante, a credibilização do discurso jornalístico a partir da cópia exata das declarações das fontes, apontada por Fontcuberta (1999) como tendência dos OCS, a tipologia indireta acabou por ser mais prevalente, ainda que por pouca margem. Verificou-se, igualmente, que em discurso direto os principais interlocutores continuam a ser os manifestantes. O destaque dado à posição de manifestante deve-se, segundo Ribeiro (2015), ao facto de “estar relacionada com a maturação que o fenómeno manifestante foi adquirindo ao longo dos três anos analisados” (p.43). Em concordância, igualmente, com a afirmação de Henriques (2014), os manifestantes assumem, cada vez mais, uma dimensão sociopolítica, sendo aproveitada pelos OCS para conferir “magnitude [ao] (...) acontecimento” (Henriques, 2014, p. 47).

É, também, pertinente comparar a subjetividade do discurso dos OCS. À exceção de Henriques (2014), as restantes investigações revelam um discurso cuidado ao nível da emissão de juízos de valor, consonante com a presente investigação, significando que maioritariamente os jornalistas tentam fazer um relato fiel da realidade. A discrepância entre os valores obtidos por Henriques (2014) e as restantes investigações pode encontrar justificação no elevado número de artigos de opinião analisados por essa autora.

Quanto à última questão, torna-se difícil fundamentar, com certeza, as alterações/semelhanças verificadas com motivos de índole social, histórica e/ou política. Não obstante, podemos destacar o facto de terem existido alterações governativas em Portugal nos períodos em análise. Assim, entre 2011 e 2019, foram formados quatro governos, sendo que o XXI Governo Constitucional foi o segundo governo formado com base nos resultados das eleições legislativas de 2015, já que o primeiro não obteve apoio parlamentar maioritário. Desta feita, o anterior Primeiro Ministro, Pedro Passos Coelho (Partido Social Democrata), é substituído pela atual Primeiro Ministro, António Costa (Partido Socialista).

Com base, ainda, nos dados de 2020 da Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho relativos à evolução anual de pré-avisos de greves e de processos de serviços mínimos

abertos, é possível constatar que os números de 2019 (1077 e 201, respetivamente) não eram tão altos desde 2012 (1534 e 307, respetivamente) (DGERT, 2020). Destaca-se, ainda, que no ano de 2013 ambos os tipos de pedidos desceram ligeiramente, apesar de ter sido o ano com a taxa de desemprego mais alta da história (16,2%) e onde o Produto Interno Bruto recuou 0,92% (PORDATA, 2020). Segundo a DGERT (2020), em 2014 verificou-se o menor número de entregas de pré-avisos de greve, valor que tem vindo a aumentar até ao ano de 2019. Possivelmente, o aumento, quer dos pré-avisos de greve, quer dos processos de serviços mínimos, deve-se à recuperação económica que o país atravessa, assim como o ano de 2019 ser um ano de eleições. Com base nos nossos resultados, o descontentamento com medidas governativas foi bem patente, nomeadamente, nas manifestações dos bombeiros, dos trabalhadores da função pública, das Forças de Segurança, bem como da greve dos motoristas, onde foram decretados os serviços mínimos e posterior requisição civil como forma de os garantir.

Trazendo à colação as limitações com as quais nos deparámos aquando da realização deste trabalho científico, enunciamos que os resultados e conclusões são referentes aos eventos de cariz político de 2019, facto que se constitui como limitação, uma vez que “têm que ser olhados nesse contexto, não podendo ser extrapolados para todas as atuações policiais em eventos semelhantes” (Santos, 2013, p.61).

É de salientar, igualmente, o fator tempo, assim como a pandemia que se debruçou sobre as nossas rotinas. De facto, o tempo que nos é disponibilizado entre o “dever” de realizar a presente investigação e o “direito” de poder usufruir ao máximo das virtudes de um estágio prático, torna-se, verdadeiramente, desafiante e muitas vezes impeditivo conciliar ambas. Como não podia deixar de ser mencionada, a propagação do coronavírus SARS-CoV-2 veio obrigar a Humanidade a reaprender a viver, traduzindo-se neste trabalho, na busca por métodos inovadores para a sua conclusão.

Para finalizar este trabalho, julgamos ser pertinente enunciar as seguintes sugestões para investigações futuras. Primeiramente, investigar a preposição enunciada por Fontcuberta (1999) por forma a verificar se o escasso recurso a fontes policíacas se deve a uma opção estratégica da PSP ou se os OCS reconhecem cada vez menos credibilidade ao discurso policial. Em seguida, sugerimos a ponderação da substituição do jornal DN, uma vez que a sua proporção de notícias e u.r. no *corpus* analisado demonstrou-se bastante diminuta. Efetivamente, a alteração de periodicidade de publicação para semanal, poderá ter influenciado diretamente o número de

notícias que abordam a atuação policial, bem como a sua expressividade no panorama jornalístico; apenas o mantivemos por forma a poder fazer comparações. Por outro lado, sugerimos a realização de uma análise comparativa entre o discurso veiculado pelos vários jornais, assim como um estudo mais detalhado sobre os atores e os seus discursos. Por último, a presente investigação poderia tornar-se numa mais valia para futuros estudos comparativos, permitindo uma visão mais abrangente sobre a perceção dos OCS relativamente à atuação policial.

## Referências

- Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Branco, M. P. (2013). *A comunicação organizacional como estratégia de gestão* (Dissertação de mestrado, não publicada). Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa.
- Caetano, J., & Rasquilha, L. (2004). *Gestão da comunicação*. Lisboa: Quimera.
- Caetano, M. (1990). *Manual de direito administrativo* (Vol. 2, 10ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Cardet, R. (1980). *Manual de jornalismo* (6ª ed.). Lisboa: Caminho
- Carvalho, C. D. (2014). *Comunicação para a sustentabilidade: A importância do Goodwill no terceiro setor* (Dissertação de mestrado, não publicada). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede* (Vol. 1, 2ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (2004). *The network society: A cross-cultural perspective*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Clemente, P. J. L. (2015). *Cidadania, polícia e segurança*. Lisboa: ISCP/ICPOL.
- Correia, J. (2011). *O admirável mundo das notícias: Teorias e métodos*. Covilhã: LabCom.
- Costa, C. T. M. (2015). *As diferenças entre os órgãos de comunicação social televisivos: Três anos de notícias sobre a atividade policial em grandes eventos de cariz político* (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Crato, N. (1995). *Comunicação social: A imprensa* (5ª ed.). Lisboa: Presença.
- Cruz, J. (2002). *Introdução ao estudo da comunicação: Imprensa, cinema, rádio, televisão e redes multimédia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- DGERT (2020). *Evolução anual avisos prévios de greve e serviços mínimos*. Retrieved from: <https://www.dgert.gov.pt/wp-content/uploads/2020/03/Evolu%C3%A7%C3%A3o-anual-Avisos-Previos-Greve-2012-2019.pdf>

Dines, A. (1996). *Os rios da notícia e a ética jornalística: o relacionamento com as fontes*. In Alta Autoridade para a Comunicação Social, *O rigor da notícia*. (Colóquio). Lisboa: Alta Autoridade para a Comunicação Social.

Felgueiras, S. (2016). *Geração à rasca*. Lisboa: Chiado.

Fontcuberta, M. (1999). *A notícia: Pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.

Gaillard, P. (1971). *O jornalismo* (2ª ed.). Mem Martins: Publicações Europa-América.

Galliano, G. (1979). *O método científico: Teoria e prática*. São Paulo: Editora Mosaico.

Galtung, J., & Ruge, M. (1999). *A estrutura do noticiário estrangeiro: A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros*. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”* (2ª ed., pp. 62-74). Lisboa, Vega.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O inquérito: Teoria e prática* (4ª ed.). Oeiras: Celta Editora.

Gradim, A. (2000). *Manual de jornalismo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Guimarães, A., & Fernandes, N. (2012). O jornalismo em evolução. Retrieved from: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4152/1/Adriana%20Mello\\_Nuno%20Fernandes.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4152/1/Adriana%20Mello_Nuno%20Fernandes.pdf).

Hall, S., Chritchler, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1999). A produção das notícias: O “mugging nos media”. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (2ª ed., pp. 224-250). Lisboa: Vega.

Henriques, R. A. C. (2014). *A perceção da imprensa escrita sobre a atuação policial em grandes eventos de cariz político* (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Lampreia, J. (1999). *Técnicas de comunicação*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Lemos, C. (2008). *A imprensa e as constituintes: A imprensa como fenómeno cultural, ideológico e histórico, nas assembleias constituintes, de 1975/76 e 1987/88, em perspetiva comparada*. (Tese de doutoramento, não publicada). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Lencastre, I. (2015). *ABC de Fernando Pessoa*. Lisboa, Dom Quixote.

Littlejohn, S. W., & Foss, K. A. (2009). *Encyclopedia of communication theory* (Vol. 1). London, UK: SAGE.

Lopes, P. (2010). *Jornalismo e linguagem jornalística: Revisão conceptual de base bibliográfica*. Retrieved from: <http://bocc.ubi.pt/pag/bocc-lobes-linguagem.pdf>

Machado, H. J. D. (2012). *A comunicação social e a polícia: A perceção da imprensa escrita sobre a atuação policial nos grandes eventos de cariz político* (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

McQuail, D. (2003). *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Mealha, T. I. M. (2009). “*Exclusão ou reintegração?*”: *Um estudo qualitativo sobre a reintegração social de reclusos* (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.

Miller, J. (2007). Examining the mediators of agenda setting: A new experimental paradigm reveals the role of emotions. *Political Psychology*, 28(6), 689-717.

Monteiro, A. C., Caetano, J., Marques, C., & Lourenço, J. (2008). *Fundamentos de comunicação* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Moreira, A., Araújo, E., & Sousa, H. (2017). *Comunicação e política: Tempos, contextos e desafios*. Braga, Centro de estudos de comunicação e sociedade.

Novais, J. (2010). *As restrições aos direitos fundamentais não expressamente autorizadas pela Constituição* (2ª Ed.). Coimbra: Coimbra Editora.

Oliveira, J. F. (2015). *A manutenção da ordem pública em democracia*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Pais, L. G., & Felgueiras, S. (2015). Police decision making in major events: A research programme. Lisboa: Laboratório de Grandes Eventos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Pais, L. G., Felgueiras, S., Rodrigues, A., Santos, J., & Varela, T. (2015). Protesto político e atividade policial: a perceção dos "media". *Análise Social*, 216, L (3), 494-517.

Pais, L. G., Felgueiras, S., Serra, A., Machado, H., & Pereira, H. (2013). Media perceptions of police activity in major political events: An overview of the Portuguese context during 2011. In *The Anthology* (pp. 205-217). GODIAC.

Peixoto, J. (2017). *Efeito Correio da Manhã: Mudança em curso no jornalismo português?* (Relatório de estágio, não publicado). Universidade do Minho, Braga.

Pocinho, M. (2012). *Metodologia de Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico*. Lisboa: LIDEL.

Ponte, C., Férin, I., Malho, M. J., Brites, R., & Oliveira, V. d. (2008). *Os públicos dos meios de comunicação social portugueses*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

PORDATA (2020). *Taxa de crescimento real do PIB*. Retrieved from: <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+crescimento+real+do+PIB-2298>.

PORDATA (2020). *Taxa de desemprego: total e por sexo (%)*. Retrieved from: [https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550](https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550)

Quivy, R., & Campenhoudt, L.V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Raposo, J. (2006). *Direito policial I*. Coimbra: Almedina.

Reiner, R. (2010). *The politics of the police* (4ª ed.). New York, NY, Oxford University Press.

Reis, P. D. A. (2017). *A tomada de decisão dos comandantes de polícia em grandes eventos políticos*. (Dissertação de mestrado, não publicada) Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Ribeiro, L. M. F. (2015). *Três anos de notícias sobre a atuação policial em grandes eventos de cariz político: As diferenças entre os órgãos de comunicação social da imprensa escrita*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Rodrigues, A. D. (2011). *O paradigma comunicacional: História e teorias*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Rodrigues, C. (1999). *Comunicar e julgar*. Coimbra: Livraria Minerva.

Santos, J. (2001). *Comunicação*. Lisboa: Prefácio.

Santos, J., Alves, P., & Serra, J. (2011). *Filosofias da comunicação*. Covilhã: LabCom.

Silver, A. (2005). The demand for order in civil society: A review of some themes in the history of urban crime, police, and riot. In T. Newburn (Ed.), *Policing key readings* (pp. 7-24). Cullompton, UK: Willan.

Sobral, L., & Magalhães, P. (1999). *Introdução ao jornalismo desportivo*. Lisboa: Cenjor e CNID.

Sousa, J. P. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media* (2ª ed.). Retrieved from: <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>

Straubhaar, J., LaRose, R., & Davenport, L. (2012). *Media now: Understanding media, culture, and technology* (7th ed.). Boston, MA: Cengage Learning.

Thompson, J. B. (1995). *The media and modernity: a social theory of the media*. Cambridge, UK: Polity Press.

Traquina, N. (1999). Jornalismo: Questões, teorias e “estórias” (2ª ed., pp. 167-176). Lisboa, Vega.

Traquina, N. (2002). *O que é jornalismo*. Lisboa: Quimera.

Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são* (Vol.1). Florianópolis: Editora Insular.

Vala, J. (1999). A análise de conteúdo. In A. Silva, & J. Pinto (Eds.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-127). Porto: Edições Afrontamento.

Valente, M. M. G. (2012). *Teoria geral do direito policial* (3ª ed.). Coimbra: Almedina.

Veríssimo, L. (2017). *Informação ou Publicidade? O jornalismo como veículo de promoção de marcas*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa.

Wolf, M. (2000). *Teorias da comunicação* (6ª ed.). Lisboa, Editorial Presença.

## **Anexos**

ANEXO 1. Pedido de autorização para consulta da base de dados CISION

**POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA**

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA  
DIRECÇÃO DE ENSINO  
SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor  
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de  
Recursos Humanos  
(Departamento de Formação)  
DN/PSP Largo da Penha de França, N.º 1  
1199-010 LISBOA

Sua Referência:  
Sua Comunicação:  
Nossa Referência: 53/SECDE/2020  
Classificador: 080.01.10  
Processo: SECDE201900001ASP  
Data: 2020-02-05

Atendido  
18.02.2020  
↓

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

Abílio Pinto Vieira  
Superintendente-Chefe

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio, compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de ciências policiais, ciências jurídicas e ciências sociais.
2. O Aspirante a Oficial de Polícia Gonçalo Filipe dos Santos Pereira, irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "Cobertura mediática da atuação policial em manifestações políticas: Análise comparativa da imprensa escrita" sob orientação científica da Prof.ª Doutora Lúcia Pais.
3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para a disponibilização de informação da base de dados CISION, do Gabinete de Relações Públicas da DN/PSP, relativas à atuação policial nos grandes eventos da cartaz político, durante o ano de 2019.
4. Atendendo à natureza do estudo, a informação fornecida será uma mais-valia para a elaboração do trabalho académico, uma vez que lhe irá conferir maior credibilidade e fundamentação teórica.
5. Mais se informa V.ª Ex.ª de que o Aspirante a Oficial de Polícia Gonçalo Pereira se compromete a utilizar os resultados obtidos apenas no âmbito da dissertação em questão.

O Diretor:

  
José Carlos Bastos Leitão  
Superintendente



R. 1.º de Maio, 173 1249-040 Lisboa Tlx: 213612900 Fax: 213613535 www.icspe.pt

icspe@icspe.pt

147458  
Página 1/1

ANEXO 2. Quadro de distribuição das notícias

Nº	OCS	Data	Descritor(es)	Título	Evento	
1	CM	2019-01-15	Bombeiros/ Protesto/ Manifestação/ Polícia/ PSP	Sapadores na rua por melhor salário	Manifestação dos bombeiros sapadores	
2	JN	2019-01-15	Bombeiros/ Protesto/ Manifestação / PSP	Sapadores ameaçam Governo com fecho de quartéis		
3	JN	2019-01-22	Protesto/ Manifestação/ Polícia/ PSP	PSP respondeu com balas às pedras de manifestantes	Manifestação dos moradores do bairro da Jamaica	
4	CM	2019-01-22	Protesto/ Polícia/ PSP/	Caos e tiros a seguir a guerra no “Jamaica”		
5	CM	2019-01-23	Protesto/ Polícia/ Policiamento/ PSP	Radicais de esquerda sob vigilância		
6	CM	2019-01-25	Protesto/ Manifestação/ Polícia/ PSP	Terceira noite de vandalismo e insegurança		
7	JN	2019-01-25	Manifestação/ Polícia/ PSP	Autocarro incendiado e carro da PSP atacado		
8	JN	2019-01-25	Protesto/ Manifestação/ Polícia	Bombas-relógio nas margens sociais		
9	DN	2019-01-26	Manifestação/ Polícia	A história do racismo não é só cor da pele		
10	JN	2019-02-08	Protesto/ Manifestação/ Polícia/ PSP	"Eram pedras pelo ar de um lado e tiros de bala do outro"		
11	CM	2019-03-02	Manifestação/ Polícia	Realizador fugiu "com medo"		
12	JN	2019-03-08	Protesto/ Manifestação/ Polícia/ PSP	Pena suspensa e multas para jovens detidos em manifestação		
13	DN	2019-03-16	Protesto/ Manifestação/ Polícia/ Policiamento/ PSP	Do crime de protestar contra a polícia		
14	JN	2019-05-11	Protesto/ Manifestação/ Polícia / Greve Geral	Milhares marcharam em Lisboa contra Costa		Manifestação nacional da Função Pública

15	CM	2019-05-11	Protesto/ Manifestação/ Polícia / Greve Geral	Professores não desistem da guerra	Manifestação nacional da Função Pública
16	JN	2019-08-12	Protesto/ Polícia/ PSP/ Greve Geral	Piquetes de greve sob forte vigilância	
17	CM	2019-08-13	Protesto/ Manifestação/ Polícia/ PSP	Fechar bombas dá multa de 45 mil EUR/dia	
18	JN	2019-08-13	Protesto/ Polícia/ Policiamento/ PSP/ Greve Geral	Governo paralisa greve com requisição civil	
19	CM	2019-08-14	Polícia/ Greve Geral	Correio da Segurança	
20	JN	2019-08-14	Protesto/ Manifestação/ Polícia/ PSP/ Greve Geral	Greve poderá começar a ter impacto nos supermercados no fim da semana	
21	CM	2019-08-15	Protesto/ Manifestação/ Polícia/ PSP	Quatro motoristas detidos e obrigados a trabalhar	
22	CM	2019-08-05	Polícia/ PSP	Discurso direto - Entrevista a Paulo Rodrigues	
23	CM	2019-08-16	Protesto/ Polícia/ PSP/ Greve Geral	Governo testa acordo para isolar grevistas	Manifestação dos motoristas de matérias perigosas
24	JN	2019-08-16	Protesto/ Polícia/ Manifestação/ PSP	Polícias alertam: não aguentamos muito mais tempo	
25	DN	2019-08-17	Protesto/ Manifestação	Estilhaços da greve só não atingiram o PS e o governo	
26	CM	2019-08-18	Polícia/ PSP/	Motoristas decidem hoje rumo da greve	
27	JN	2019-08-18	Greve Geral/ PSP	Combustíveis. Patrões aceitam mediação para pôr ponto final à greve	
28	CM	2019-08-18	Polícia/ PSP/ Greve Geral	"Trabalham em horário de quase escravatura" - Entrevista a Paulo Rodrigues	
29	CM	2019-08-20	PSP/ Greve Geral	Governo aproxima motoristas e patrões	
30	JN	2019-09-13	Protesto/ Manifestação/ Policiamento/ PSP/ Greve Geral	PSP e GNR usaram 30 câmaras para vigiar motoristas	
31	CM	2019-09-28	Protesto/ Manifestação/ Polícia/ PSP/ Clima	Milhares de jovens defendem o planeta	Manifestação climática

32	JN	2019-09-28	Protesto/ Manifestação/ PSP/ Clima	Milhares nas ruas pela urgência da mudança do futuro do planeta	Manifestação climática
33	JN	2019-09-29	Protesto/ Manifestação/ Polícia/ Clima	Greve climática no clímax	
34	JN	2019-11-21	Protesto/ Manifestação/ Polícia/ PSP	Blocos de cimento para controlar manife de polícias	
35	CM	2019-11-22	Manifestação/ Polícia/ PSP	Crise na Segurança	
36	CM	2019-11-22	Protesto/ Manifestação/ Polícia/ PSP	15 mil nas ruas fazem ultimato ao Governo	
37	CM	2019-11-22	Protesto/ Manifestação/ Polícia/ / PSP	Um zero à direita	
38	JN	2019-11-22	Manifestação/ Polícia/ Policiamento/ PSP	Cimento Líquido	
39	JN	2019-11-22	Protesto/ Manifestação/ Polícia/ PSP	Milhares de polícias prometem voltar à rua	Manifestação das Forças de Segurança
40	JN	2019-11-23	Protesto/ Manifestação/ Polícia/ PSP	Sindicatos admitem que "Zero" fez crescer manife	
41	JN	2019-11-23	Protesto/ Manifestação/ Polícia	O diabo entre nós	
42	CM	2019-11-24	Manifestação/ Polícia/ PSP	Policias murados	
43	CM	2019-11-26	Manifestação/ Polícia	Análise digital: O que mudou?	
44	CM	2019-11-26	Protesto/ Polícia/ PSP	Comandante da GNR denuncia penúria	
45	CM	2019-11-29	Protesto/ Polícia	Costa evita meter-se em guerra de ministros	
46	JN	2019-12-28	Protesto/ Manifestação/ Polícia	Polícias prometem ano intenso em protestos	

### ANEXO 3. Grelha categorial

**A** – Categoria “**Manifestantes**” - Inclui-se nesta categoria toda a informação acerca das características dos manifestantes presentes nos eventos bem como acerca dos circunstancialismos que os levaram à participação.

**A.1** – Subcategoria “**Razões intrínsecas**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito aos motivos pessoais ou relativos à sua família apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (32)<sup>1</sup>: “*Estou a lutar pelo meu futuro, o dos meus filhos e dos filhos deles*», diz Maria Gonçalves, 16 anos”.

**A.2** – Subcategoria “**Razões extrínsecas**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes aos motivos de ordem social, política e/ou ideológica apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (36): “*Milhares de elementos da PSP e da GNR (...) desfilaram (...) para reivindicar aumentos salariais*”.

**A.3** – Subcategoria “**Caracterização**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem os manifestantes e a sua participação no evento.

Ex. (31): “*A luta é global e apesar de serem os jovens a liderar, todos compareceram aos milhares nas marchas pelo clima*”.

**B** – Categoria “**PSP**” - Codifica-se nesta categoria toda a informação relacionada com a Polícia, proferidas por qualquer um dos atores. Pretende-se aceder ao modo como é caracterizada a Polícia pelos OCS, no contexto da sua atuação em grandes eventos.

**B.1** – Subcategoria “**N.º de elementos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas à informação relacionada com o número de elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (16): “*Mais de 500 elementos das forças de segurança e militares vão estar destacados durante a greve*”.

**B.2** – Subcategoria “**Subunidade/origem**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes à informação relacionada com a subunidade a que pertencem os elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

---

<sup>1</sup> Entre parênteses encontra-se o número da notícia, cf. Anexo 2, da qual se retirou o exemplo.

Ex. (4): *“A gravidade dos distúrbios [na Avenida da Liberdade] levou ao empenhamento da Unidade Especial da PSP”*.

**B.3** – Subcategoria **“Dispositivo”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes à informação relacionada com o dispositivo utilizado pelos elementos policiais, entenda-se, como se encontram enquadrados no terreno.

Ex. (36): *“Grades em redor do Palácio de São Bento e blocos de cimento ao fundo da escadaria principal”*.

**B.4** – Subcategoria **“Motivos da atuação”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que fundamentam ou justificam a atuação policial.

Ex. (31): *“Em Lisboa, os manifestantes que cortaram a Almirante Reis foram retirados pela PSP”*.

**B.5** – Subcategoria **“Descrição da atuação”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que descrevam e caracterizem a atuação policial.

Ex. (23): *“Os elementos destas Forças de Segurança estão encarregues de conduzir os camiões quando os motoristas escalados para os serviços mínimos não se apresentam no seu posto.”*

**B.6** – Subcategoria **“Resultados/Consequências da atuação”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito à informação relacionada com os resultados ou consequências da atuação policial (detenções, feridos, etc.).

Ex. (10): *“Quatros jovens detidos no último dia 21, no centro de Lisboa, no protesto contra a violência policial”*.

**C** – Categoria **“Discurso Direto”** – Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer atores em discurso direto. Pretende-se aceder a quem é que o OCS dá voz, quem fala.

**C.1** – Subcategoria **“Manifestante”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (36): *“«Constantemente estamos sujeitos ao risco. Apanhamos sustos com situações de violência doméstica em que somos agredidos para travar o pior e ninguém do poder político é capaz de reconhecer que somos uma profissão de risco. Que venham fazer uma única patrulha comigo», disse ao JN Joaquim Branco, de 37 anos”*.

**C.2** – Subcategoria **“Fonte policial”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por qualquer membro da instituição PSP.

Ex. (3): “«Viaturas de civis e uma da PSP ficaram danificadas devido ao arremesso de pedras e petardos. A situação está controlada, mas a operação policial vai manter-se por precaução», afirmou Tiago Garcia [Comissário do Comando Metropolitano da PSP]”.

**C.3** – Subcategoria “**Político**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações proferidas por políticos, exceto membros do Governo.

Ex. (36): “«Hoje, não fomos nós, foram vocês que mostraram que a Polícia unida jamais será vencida», afirmou André Ventura”.

**C.4** – Subcategoria “**Membros do Governo**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às declarações proferidas exclusivamente por membros do Governo.

Ex. (36): “O ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, elogiou o «sindicalismo responsável da manifestação»”.

**C.5** – Subcategoria “**Perito/comentador/especialista**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às declarações proferidas por peritos, comentadores, especialistas.

Ex. (17): “O politólogo António Costa Pinto considerou ser «difícil poder prever como acabará desta vez esta greve»”.

**C.6** – Subcategoria “**Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas pelos organizadores do evento e representantes de movimentos/plataformas.

Ex. (38): “«Caso não estejam contempladas no Orçamento do Estado para 2020 verbas para responder às exigências dos elementos das Forças de Segurança, voltaremos aqui no dia 21 de janeiro» foi o aviso feito pelos organizadores dos protestos, dois principais sindicatos da PSP e GNR”.

**C.7** – Subcategoria “**Sindicatos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por elementos dos sindicatos.

Ex. (46): “«Estamos disponíveis para ser parte da solução. Aposta é na negociação» (Carlos Garcia, ASFIC/PJ)”.

**C.8** – Subcategoria “**Palavras de ordem**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às palavras de ordem proferidas pelos manifestantes.

Ex. (36): “«Zero» foi, aliás, praticamente a única palavra de ordem gritada ao longo da manifestação”.

**C.9** – Subcategoria “**Outros**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex. (4): “*«A polícia de proximidade está sempre presente e apoia-nos. Apoiamos a liberdade», disse ao JN Anabela Ribeira, diretora do lar Casa das Hortênsias.*”.

**D** – Categoria “**Instâncias**” – Inclui-se nesta categoria todas as menções a instâncias diversas, e não aos seus membros, por qualquer ator. Pretende-se perceber quais as instâncias que entram em cena quando se fala da atuação policial em grandes eventos, quais os mais e menos referenciados.

**D.1** – Subcategoria “**Governo**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde seja referido o Governo e/ou Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Ex. (17): “*Governo faz xeque-mate à greve dos motoristas*”.

**D.2** – Subcategoria “**Assembleia da República**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde seja referida a Assembleia da República.

Ex. (36): “*À chegada, os manifestantes cantaram o hino nacional, de costas, voltadas para a Assembleia da República*”.

**D.3** – Subcategoria “**Agências Noticiosas**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde sejam mencionadas agências noticiosas, como por exemplo a agência LUSA.

Ex. (16): “*Pedro Pardal Henriques, vice-presidente do SNMMP, disse à Lusa que a Antram devia ter enviado aos sindicatos antecipadamente a identificação dos serviços normais para que depois pudessem ser fornecidos os trabalhadores que devem cumprir os serviços mínimos decretados pelo Governo*”.

**D.4** – Subcategoria “**Instâncias Judiciárias**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. às instituições adstritas ao sistema judiciário.

Ex. (46): “*Se não houver uma resposta até ao fim do primeiro trimestre, o SNCGP promete fazer greve e entupir os tribunais*”.

**D.5** – Subcategoria “**Instituições**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. acerca das Instituições Públicas ou Privadas, e demais entidades que não se enquadrem nas subcategorias anteriores.

Ex. (30): “*A GNR foi impedida pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) de vigiar com drones os motoristas de matérias perigosas*”.

**E** – Categoria “**Discurso Indireto**” - Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer atores em discurso indireto, ou seja, todas as declarações efetuadas pelos diversos atores através das palavras dos OCS.

**E.1** – Subcategoria “**Manifestante**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as menções sobre os manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (21): “*Aníbal Cartaxo confirmou ter assinado a notificação e ter sido levado às instalações da empresa pelas forças de segurança*”.

**E.2** – Subcategoria “**Fonte Policial**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a PSP ou sobre os seus elementos policiais, que não se enquadrem na categoria B.

Ex. (31): “*Segundo fonte da PSP, os ativistas, muitos estrangeiros, não foram detidos, mas o seu direito a manifestar-se não podia impedir a livre circulação rodoviária*”.

**E.3** - Subcategoria “**GNR**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a GNR ou sobre os seus elementos policiais.

Ex. (30): “*O JN contactou a GNR que não se pronunciou*”.

**E.4** – Subcategoria “**Político**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações emitidas sobre políticos, exceto Membros do Governo.

Ex. (38): “*A líder parlamentar do PS, Ana Catarina Mendes, afirmou ontem que nos últimos quatro anos houve mais investimento e descongelamento de carreiras*”.

**E.5** – Subcategoria “**Membros do Governo**” – Incluem-se nesta subcategoria exclusivamente, as referências sobre Membros do Governo.

Ex. (27): “*GNR e a PSP asseguraram, na semana passada, o transporte de combustível em 131 veículos pesados, anunciou o Ministério da Administração Interna, tutelado por Eduardo Cabrita*”.

**E.6** – Subcategoria “**Perito/comentador/especialista**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às referências feitas sobre peritos, comentadores, especialistas.

Ex. (9): “*Ainda na semana passada, o Diário de Notícias, pela mão do Carlos Ferro, tinha contado a história do realojamento da Jamaica que só agora começou (...)*”.

**E.7** – Subcategoria “**Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas sobre os organizadores do evento e representantes e/ou membros de movimentos/plataformas.

Ex. (5): *“Quatro em cada cinco mortes, doenças ou lesões atribuíveis às mudanças climáticas são em crianças, advertiu a Save the Children”.*

**E.8** – Subcategoria **“Sindicatos”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às afirmações emitidas acerca de elementos dos sindicatos.

Ex. (22): *“Arménio Carlos, Secretário-geral da CGTP, voltou a pedir a demissão do Governo na escadaria do Parlamento”*

**E.9** – Subcategoria **“Outros”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex. (24): *“O antigo Presidente da República voltou a atacar o Governo e Cavaco Silva”.*

**F** – Categoria **“Enquadramento/Descrição”** - Incluem-se nesta categoria todas as u.r. que digam respeito à descrição ou à caracterização do evento proferidas por qualquer um dos atores. Pretende-se aceder ao modo como são caracterizados os eventos.

**F.1** – Subcategoria **“Data/hora”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito ao hiato temporal em que decorre o evento.

Ex. (5): *“15h00 de segunda-feira: Cerca de 300 jovens manifestam-se frente ao Ministério da Administração Interna, no Terreiro do Paço, Lisboa, contra a intervenção da PSP no bairro da Jamaica”.*

**F.2** – Subcategoria **“Local”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes ao espaço físico em que se realiza o evento.

Ex. (2): *“[funcionários públicos] manifestaram-se junto ao Ministério do Trabalho e Segurança Social, em Lisboa”.*

**F.3** – Subcategoria **“Nome do evento”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às designações associadas ao evento.

Ex. (16): *“As forças de segurança têm montado um forte dispositivo de vigilância em todo o país para assegurar que a «greve de motoristas” (...) decorra sem incidentes e que sejam cumpridos os serviços mínimos”.*

**F.4** – Subcategoria **“Percurso”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o trajeto utilizado pelos manifestantes durante o evento.

Ex. (5): *“Jovens dispersam do Terreiro do Paço e começam a subir a avenida da Liberdade em direção ao Marquês de Pombal”.*

**F.5** – Subcategoria “**Objetivos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes aos fins do evento, ou seja, o que se pretende atingir com a sua realização.

Ex. (45): “*forças de segurança saíram à rua para exigir melhores condições laborais*”.

**F.6** – Subcategoria “**Justificação/Motivos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que expressem os motivos que levaram à convocação do evento.

Ex. (5): “*Contestavam as propostas de alteração à carreira do bombeiro profissional*”.

**F.7** – Subcategoria “**Caracterização**” - Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem, descrevam o evento.

Ex. (15): “*cenário de concentração ordeira onde não faltam tendas de campismo no meio da estrada*”.

**F.8** – Subcategoria “**N.º de manifestantes**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o número de participantes/manifestantes no evento.

Ex. (1): “*o protesto de cerca de 150 elementos dos Sapadores Bombeiros de Lisboa*”.

**F.9** – Subcategoria “**História**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que façam referência a eventos análogos ocorridos no passado.

Ex. (35): “*Três décadas depois, já com um associativismo sindical que se devia querer maduro, as imagens dos "friendly Pire" de 1989 e 2013 permanecem simbólicas da relevância que as forças policiais agregam em nome da defesa da democracia e do Estado de Direito*”.

**G** – Categoria “**Sistema Explicativo Espontâneo**” - São contabilizadas nesta categoria todas as u.r. onde são realizadas referências, de forma subjetiva, que digam respeito a atribuições e causalidades implícitas para descrever as diversas ocorrências em grandes eventos, geradas pelos OCS ou reformuladas a partir das fontes. Pretendemos aceder ao que é referido subjetivamente para justificar atores e atos que acabam por corresponder a categorias e subcategorias já abordadas.

**G.1** – Subcategoria “**Atuação policial**”

Ex. (35): “*A Polícia portuguesa tem que ser obrigada a olhar para dentro*”.

**G.2** – Subcategoria “**Manifestantes**”

Ex. (42): “*dezenas de milhares de homens e de mulheres que esperam decisões que já deviam ser velhas (...) desesperados por tão grande espera, que abre a porta ao suicídio*”.

**G.3** – Subcategoria “**Enquadramento/Descrição do Evento**”

Ex. (9): “*Uma pedra voa. Uma pedra voa numa avenida. Uma pedra voa num gueto. E uma pedra a voar é sempre um perigo, uma alteração da ordem pública*”.

ANEXO 4. Tabela de contabilização de u.r.

Categorias		$\sum$ u.r.	%	Subcategorias	$\sum$ u.r.	%
A	Manifestantes	230	13,5%	A.1 - "Razões Intrínsecas"	29	12,6%
				A.2 - "Razões Extrínsecas"	92	40%
				A.3 - "Caracterização"	109	47,4%
B	PSP	215	12,6%	B.1 - "Nº de elementos"	10	4,7%
				B.2 - "Subunidade/origem"	19	8,8%
				B.3 - "Dispositivo"	21	9,8%
				B.4 - "Motivos da Atuação"	62	28,8%
				B.5 - "Descrição da Atuação"	74	34,4%
				B.6 - "Resultados/ Consequências da Atuação"	29	13,5%
C	Discurso Direto	176	10,3%	C.1 - "Manifestante"	46	26,1%
				C.2 - "Fonte policial"	10	5,7%
				C.3 - "Político"	3	1,7%
				C.4 - "Membros do Governo"	18	10,2%
				C.5 - "Perito/ comentador/especialista"	6	3,4%
				C.6 - "Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma"	23	13,1%
				C.7 - "Sindicatos"	48	27,3%
				C.8 - "Palavras de ordem"	9	5,1%
				C.9 - "Outros"	13	7,4%
D	Instâncias	156	9,1%	D.1 - "Governo"	62	39,7%
				D.2 - "Assembleia da República"	43	27,6%
				D.3 - "Agências Noticiosas"	3	1,9%
				D.4 - "Instituições judiciárias"	13	8,3%
				D.5 - "Instituições"	35	22,4%
E	Discurso Indireto	206	12,1%	E.1 - "Manifestante"	37	18,0%
				E.2 - "Fonte Policial"	16	7,8%
				E.3 - "GNR"	7	3,4%
				E.4 - "Político"	16	7,8%
				E.5 - "Membros do Governo"	27	13,1%
				E.6 - "Perito/ comentador/especialista"	9	4,4%
				E.7 - "Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma"	27	13,1%

				E.8 - “Sindicatos”	48	23,3%
				E.9 - “Outros”	19	9,2%
F	Enquadramento/ Descrição	578	33,8%	F.1 - “Data/hora”	87	15,1%
				F.2 - “Local”	98	17,0%
				F.3 - “Nome do evento”	16	2,8%
				F.4 - “Percurso”	26	4,5%
				F.5 - “Objetivos”	51	8,8%
				F.6 - “Justificação/Motivos”	83	14,4%
				F.7 - “Caracterização”	168	29,1%
				F.8 - “N.º de manifestantes”	25	4,3%
				F.9 - “História”	24	4,2%
G	Sistema Explicativo Espontâneo	147	8,6%	G.1 - “Atuação policial”	34	23,1%
				G.2 - “Manifestantes”	50	34,0%
				G.3 - “Enquadramento/Descrição do Evento”	63	42,9%
		<b>1708</b>		<b>Total de u.r.</b>	<b>1708</b>	